

MULHERES AGRICULTORAS DO SUDOESTE DO PARANÁ



Aline Motter Schmitz
Cecília Maria Ghedini
Edinéia Brunhera Gularte
Joice Aparecida Antonello Abrão
Keissiane Michelotti Geittenes
Lunéia Catiane de Souza
Mariangela Richart
Roselí Alves dos Santos

MULHERES AGRICULTORAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Uma luta em construção

1ª edição

**Francisco Beltrão – PR
Unioeste
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

Mulheres Agricultoras do Sudoeste do Paraná: Uma luta em construção

M956 Mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná: uma luta em construção. / Organização de Aline Motter Schmitz; Cecília Maria Ghedini; Edinéia Brunhera Gularte; et al. -- Francisco Beltrão: SETI, Fundo Paraná, Unioeste, 2010.
51 p.

ISBN – 9 78-85-89441-52-0

1. Mulheres - Sudoeste do Paraná – História. 2. Agricultura Familiar. 3. Gênero. 4. Mulheres – Aspectos sociais. I. Schmitz, Aline Motter (org.). II. Ghedini, Cecília Maria (org.). III. Gularte, Edinéia Brunhera (org.), et al. IV. Título.

CDD – 981.62
305.4

Ficha Catalográfica: Sistema de Bibliotecas da Unioeste - Sandra Regina Mendonça –
CRB – 9/1090

Elaboração dos desenhos: Elaine Goreti Vieira Ferraz e Lunéia Catiane de Souza.
Elaboração do logo da capa: Elis Marina Benatti Fedato.

É permitida a reprodução deste texto e de todos os dados nele contidos, desde que citada a fonte. Não são permitidas produções para fins comerciais.

Francisco Beltrão (PR), 2010.

Sumário

Introdução	5
As Lutas das Mulheres do Sudoeste do Paraná.....	6
História de uma das mulheres guerreiras do Sudoeste do Paraná.....	7
Gênero, Relações de Poder e Equidade.....	12
Abrir novos caminhos: enfrentando as desigualdades.....	13
Gênero, poder e equidade: como isto acontece no dia a dia?.....	16
Família: Patriarcado e Violência.....	18
Capitalismo e Patriarcado: as origens da violência masculina.....	19
A educação dos homens e mulheres.....	21
O que se entende como violência contra a mulher	23
As Mulheres na Organização Social: Sindicalismo e Cooperativismo.....	28
O começo das relações de cooperação e competição na história	29
A organização das mulheres e a luta por direitos.....	32
A Produção de Alimentos e “Trabalho da Mulher”.....	36
A história das mulheres e a agricultura.....	37
Nossas decisões e propostas de continuidade.....	41

Introdução

Este Caderno de Estudos é resultado das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Pesquisa e Extensão “Registrando a História e as experiências político-organizativas das mulheres agricultoras do sudoeste do Paraná”, realizado por acadêmicos e professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Esta equipe de trabalho teve como participantes: Aline Motter Schimtz, Catiane Resinato Ribeiro, Cecília Maria Ghedini, Edinéia Brunhera Gularte, Elis Marina Benatti Fedato, Joice Aparecida Antonello, Keissiane Michelotti Geittenes, Luís Carlos Braga, Lunéia Catiane de Souza, Mariangela Richart, Maristela da Costa Leite, Roseli Alves dos Santos, Vanuza Andressa Braga. Contou com a parceria das entidades: Assesoar, Infocor/Cresol, Coopafi e STR de Francisco Beltrão. O projeto faz parte do programa Universidade sem Fronteiras, financiado com recursos da Secretaria de Estado Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI, Fundo Paraná

Este trabalho tem por base uma Narrativa construída a partir de entrevistas e relatos das mulheres da região e todas as falas desta cartilha são parte deste material. Este trabalho tem como parte de seu resultado dois materiais para serem usados nas comunidades, municípios e na região: um vídeo- documentário sobre a história da organização das mulheres do sudoeste, que pode ser usado juntamente com este Caderno de Estudos “Mulheres Agricultoras do Sudoeste do Paraná - Um luta em construção”.

Tem como objetivo contribuir com os estudos dos grupos de mulheres (e homens) nas comunidades que se reúnem dando continuidade à organização das mulheres. Além disso, animar as novas gerações com bandeiras que precisam ser assumidas e levadas em frente nos espaços das organizações e da sociedade de modo geral.

O caderno está organizado em cinco temas: O primeiro “*As lutas das mulheres do Sudoeste do Paraná*” trata de um resgate da história das mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná que são para a região um exemplo de luta, pelas conquistas de direitos sociais, bem como pela construção do protagonismo regional em questões específicas das mulheres agricultoras, através da história da dona Iria.

O segundo tema “*Gênero, Relações de Poder e Equidade*”, trás um estudo sobre o que é gênero, as diferenças e desigualdades que se originam na construção social de homens e mulheres, buscando apontar como avançar de uma luta de mulheres para uma luta de gênero, ou seja, uma perspectiva que envolva mulheres e homens agricultores/as.

O terceiro tema “*Família: Patriarcado e Violência*” aborda o que é violência contra a mulher, destacando que a violência dos homens contra as mulheres é uma construção fruto do modelo capitalista de produção e de uma sociedade patriarcal, e como se dá a educação de homens e mulheres no espaço familiar, destacando a Lei Maria da Penha como possibilidade de avanço desta luta na sociedade.

O quarto tema “*As Mulheres na Organização Social – sindicalismo e cooperação*” retrata a organização como uma dimensão desenvolvida pelas mulheres ao longo da história e que nesta região também acontece. Apresenta as várias conquistas sociais, o sindicalismo, as iniciativas de cooperação a serem constantemente fortalecidas e assumidas também pelas mulheres.

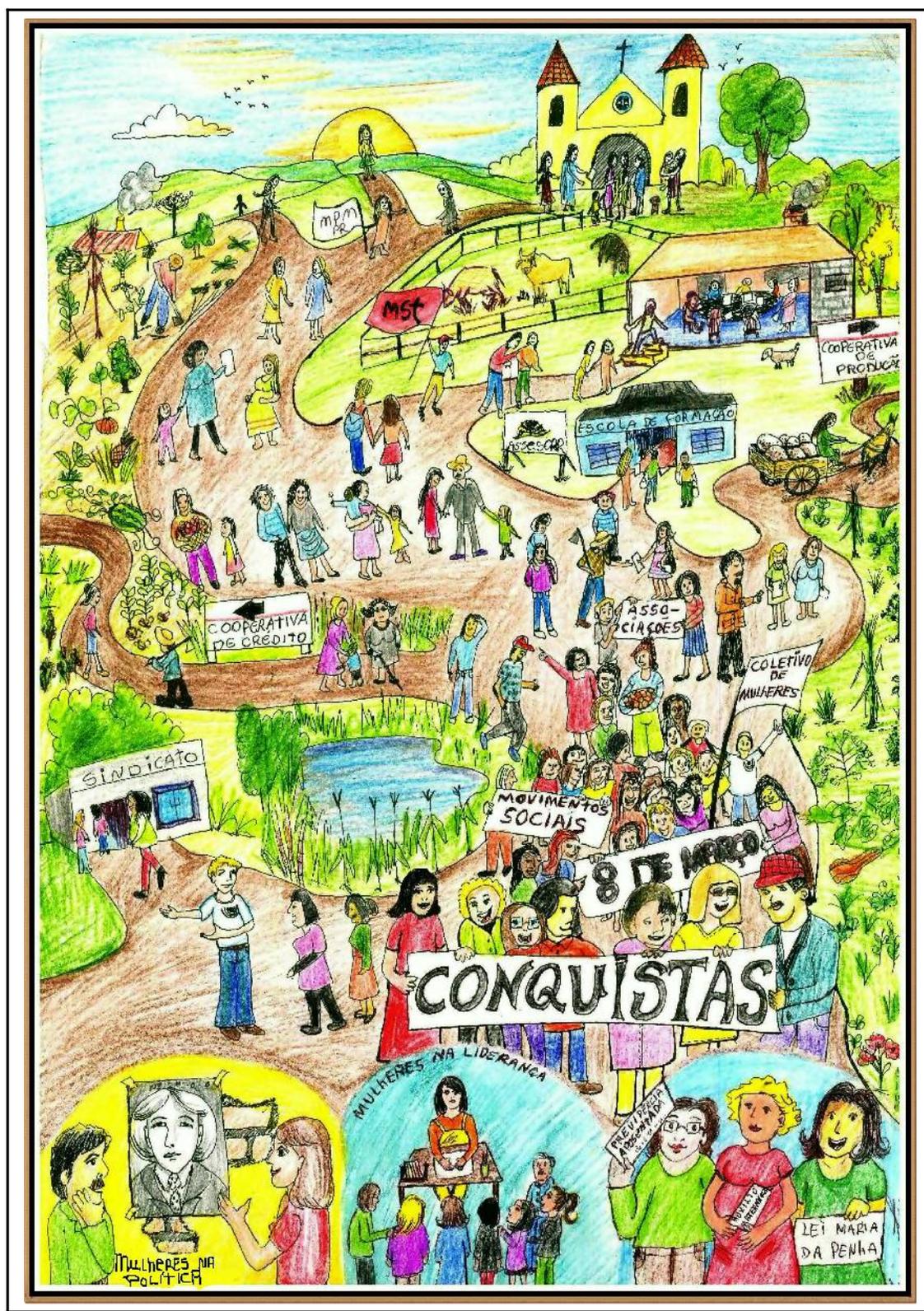
O quinto tema “*A Produção de Alimentos e a Politização do Trabalho da Mulher*”, destaca o papel das mulheres na história da agricultura e as mudanças nas relações. O texto apresenta a relação agricultura familiar e agroecologia como uma possibilidade de politizar o trabalho das mulheres, dando-lhes a centralidade necessária tendo o alimento como possibilidade de reprodução da vida.

Os desenhos têm a função de completar a reflexão do tema proposto no capítulo. Na página inicial de cada tema encontra-se um desenho maior que pode ser ampliado e reproduzido para ajudar na reflexão do grupo que vai estudar. A temática maior está dividida em vários assuntos para facilitar o trabalho de estudo nos grupos. Depois de cada assunto, colocamos algumas perguntas para reflexão e para animar a conversa no grupo.

É importante destacar que este material por tratar de temas para estudo e reflexão pode ser usado juntamente com outros materiais das entidades da agricultura familiar e de organização de mulheres. Outro jeito, é que cada município, reúna as coordenadoras das comunidades estudando com elas os temas e também organizando os encontros para cada temática, assim facilita o estudo e a reunião do grupo.

Desejamos a todas e todos um bom trabalho e que este material sirva para os grupos se reencontrarem, se reanimarem retomando a trajetória da organização das mulheres na região Sudoeste do Paraná.

As lutas das mulheres do Sudoeste do Paraná



“O trabalho com as mulheres mudou muito a realidade da região, valeu a pena”
(Mulheres Agricultoras UNIOESTE, 2010).

História de uma das Mulheres Guerreiras do Sudoeste do Paraná

Por que escrever esta história?

Depois de tantas conversas, relatos, textos, fotos, gravações, ficou cada vez mais forte em nós uma percepção de que a luta das mulheres agricultoras desta região é algo vivo e atual. São muitas as mulheres que estão envolvidas e presentes nas famílias e municípios, entidades e organizações sociais dando este testemunho, sendo referências para as futuras gerações.

Dona Iria é uma destas mulheres que viveu a história de organização e continua até hoje a fortalecer espaços políticos e pessoas que por ela passam.

Trazer este relato significa presentificar cada uma das mulheres que lutaram e continuam na região, como Margarida Korb, Maria Back, Amada Cesca, Gema Garbozza, Terezinha Cavalheiro, Justina Calza, Euclides Pompermaier, Lucia Cecília Walker, Leonida L.L. Pedroso, Ilere Garbozza, Rosa dos Passos, Clélia Carling e Sofia Pasioka, entre tantas outras. Estas mulheres mesmo não estando sempre presentes nas organizações, mantiveram firme suas convicções e as dimensões fundamentais da luta.

Dona Iria também está firme em suas convicções e trabalhando no seu pedaço de chão, cultivando alimentos e possibilitando que outras famílias tenham alimentos de qualidade em suas mesas.

Nós, bebendo destas fontes e, neste texto, de uma fonte única que precisa ser lembrada e conhecida principalmente pelas futuras gerações, tão carentes de “esteios” firmes e símbolos fortes, numa sociedade capitalista que cada vez mais se empenha em destruir as instituições e os símbolos que nos fazem humanidade, nos fazem gente, mulheres e homens.



Íria Teixeira de Souza - Uma mulher guerreira

“Eu sou Iria Teixeira de Souza, nasci no dia 25 de agosto de 1935 no município de Taió - SC. Sou filha de Taurino Felizardo e de Felomena Sôh, uma família de doze irmãos. A minha infância, adolescência e juventude foram muito felizes, desde criança ajudava pai e minha mãe na agricultura, eles eram muito amigos de seus filhos.

Meu pai tocava gaita, nos reuníamos à noite e cantávamos ao redor dele, minha mãe tinha uma Bíblia velha, ilustrada, após a serenata, lia histórias de Jesus para nós. Este exemplo foi o alicerce de minha caminhada, do dia a dia. Gostava muito de brincar de boneca, casinha, comidinha e comadre, minha mãe fazia bonecas de pano muito bonitas para brincarmos.

Com nove anos fui matriculada na escola, fiquei muito contente por que minha mãe fez uma sacola e meu pai comprou uma lousa. Mas infelizmente fiquei na escola só um ano, pois nos mudamos para um lugar muito longe da escola, assim aprendi a ler e a escrever, mas muito mal.

Com quatorze anos passei a primeira comunhão, com dezoito namorei e com dezenove casei. Tive nove filhos, foram uma benção de Deus e junto com meu marido

Francisco, criamos e educamos todos/as, que cresceram com muita saúde.

Em 1967 viemos para o Paraná, compramos um pedaço de terra na Linha Progresso, Ampére, onde moramos até hoje. Conheci muita gente neste município, tenho 142 afilhados.

Nunca desanimei apesar dos obstáculos e das críticas que enfrentei. Sempre fui agricultora, comecei a dar catequese na paróquia em 1967 onde fui catequista por 20 anos. Depois disto, assumi a coordenação dos grupos de reflexão, ligados à Assesoar, juntamente com o Osni Prin. Nesta época fiquei sócia da Assesoar e foi através desta participação que eu trouxe uns livros para o município, em que se esclarecia o papel do

sindicato, falava sobre que ferramenta é o sindicato.

O envolvimento com a Assesoar ajudou a desenvolver muito na agricultura e na produção alternativa, a alimentação, a higiene, os cuidados com a casa, o jardim, o gosto de morar na propriedade e sempre levávamos para base estas discussões.

Minha caminhada na vida foi através da Bíblia, da leitura e estudo na Igreja. Hoje é difícil o jovem que pega a Bíblia pra estudar, eu fiz com que minhas filhas dessem catequese, assim se obrigavam a ler a palavra de Deus.

Com o trabalho da Igreja, da Assesoar, dos sindicatos combativos aqui no município e também na região, se iniciavam discussões muito importantes que ajudaram muito a região. A atuação dos padres belgas em Capanema e Ampére foi muito importante.

A Paula Broeders uma leiga, que veio da Bélgica juntamente com os padres para trabalhar na pastoral, trouxe a proposta do Movimento Popular de Mulheres e preparou o trabalho em comissões: Mulher e Bíblia, Mulher e Sindicato, Mulher e Política. Cada comissão era composta de umas três mulheres, foi um trabalho bastante forte com a Teologia da Libertação. A Paula falava bastante da mulher ser tratada como objeto, como escrava, falava também sobre o sindicato como uma ferramenta de direito e sobre a formação que as mulheres deveriam ter. Através disto tivemos um crescimento em todos os sentidos da vida comunitária.

Através da organização dos sindicatos combativos é que conseguimos fazer a luta avançar. Fizemos uma comissão no município, a diretoria do sindicato era do “sindicato pelego” e aos poucos fomos trabalhando, eu levei um material para o

presidente e falei: “Se o senhor não ler eu vou distribuir na base”. Depois que ele leu, foi comigo distribuir o material nas comunidades.

Para mudar o “sindicato” de “pelego” para combativo, fazíamos reuniões às escondidas, organizamos uma comissão provisória, não foi fácil para conscientizar. Quando se filiavam cada um tinha que contribuir com cinco reais.

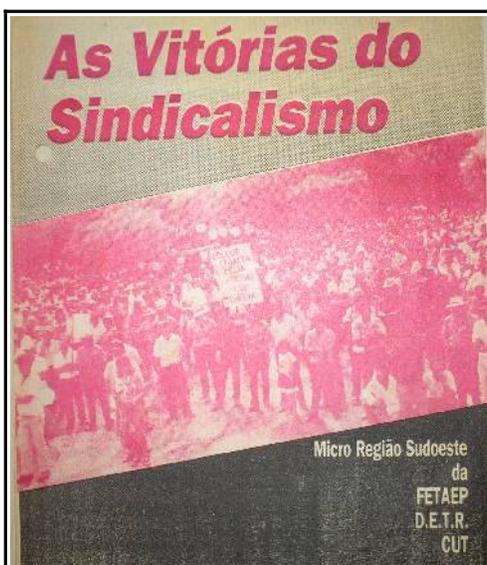
Logo depois saiu o abaixo assinado para as mulheres serem sócias do sindicato, as mulheres de Ampére se manifestaram em assembléia, com este abaixo assinado, pedindo para ser sócia do sindicato, discutimos e foi aprovado. A mulher passou a ter carteirinha própria pagando mensalidade.

Foi dessa forma que derrubamos o peleguismo e o assistencialismo do sindicato, pois na época havia dentistas, médicos e todo tipo de assistência mas não havia luta. Quando derrubamos o peleguismo aconteceu a grande

mudança! Através desse material que foi pra base, o povo acordou e aumentaram os associados do sindicato.

Fui a fundadora do Partido dos Trabalhadores - PT aqui em Ampére. Chamavam a gente de comunistas, de radicais. E naquele momento o PT no Brasil realmente foi radical, nós promovíamos a organização. Na primeira eleição municipal eu fui candidata à vereadora, sofri muita discriminação.

Era 1984, eram as grandes safras de soja, feijão, logo vieram as ceifadeiras, o sindicato também incentivava os agricultores a plantar soja. Tinha um lema do governo: “Plante que o governo garante”. E os bóias frias também cresciam cada vez mais, muita gente perdendo as terras. Criaram-se as granjas que compravam as terras do pequeno agricultor que estava endividado, eles vieram para a cidade servir de mão de obra ou trabalhavam para os granjeiros.



Descobrimos o esquema do “Adubo Papel”, eu participei ativamente, foi um golpe, o governo liberou o subsídio para o adubo, pois tinha que plantar e a terra tinha que ser preparada. Então foi distribuído o calcário, de cada mil bolsas, se ganhavam cem. Descobrimos todos os caras que faziam parte do esquema, tudo com o dinheiro do povo. Mas teve outro lado, através da descoberta desses golpes e das dificuldades encontradas pelas famílias agricultoras, a agricultura familiar começava a se organizar e a lutar, se dando conta que tinha dinheiro no governo para subsidiar o seu trabalho.

Na mesma época que fazíamos a luta do MST, nos assentamentos novos eu acompanhei tudo. Um momento muito importante foi quando participei do I Congresso da História da Terra em Curitiba no ano de 1984. As famílias se organizavam mesmo sem recursos, ficavam fortes e firmes por que se estudava e entendia o que era o capitalismo. Levávamos famílias aos assentamentos, tinham coragem porque sabiam que tinham direito de terra, íamos às comunidades buscar alimentos. Enfrentamos muitos desafios, quando a polícia vinha fazer o despejo, colocavam-se as mulheres e as crianças na frente, com muita coragem e animação se cantava e se enfrentavam os policiais só com a voz, eles vinham até um pedaço e voltavam, recuavam. A Igreja Católica participava, lembro de um momento que fomos negociar com Dom Agostinho um projeto para que viesse o dinheiro para comprar os cobertores, ele era contra, mas insistimos até que ele assinou.

Eu acompanhei as famílias de Mangueirinha uns 2 anos até que eles começaram a colher. A Emater distribuiu as sementes e no momento de colher, foi feita

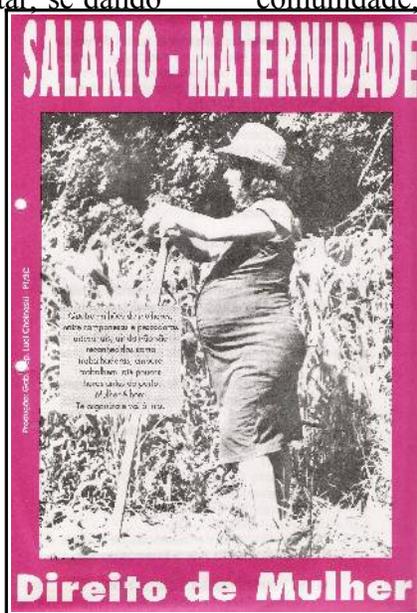
uma celebração do fruto da colheita do primeiro ano de assentamento. Eram pessoas excluídas da propriedade pelo golpe do adubo papel e pela política agrícola que conquistaram novamente a terra. Ninguém fez guerra, e conquistamos.

A participação das mulheres começou a crescer e começamos a celebrar o dia 8 de março no município. Criaram-se Comissões Sindicais de Mulheres em muitos sindicatos da região e uma Comissão Regional. Através da comissão municipal se traziam as informações para o município e depois fazia-se um trabalho de base em cada comunidade, havia muitas participantes e era grande este contato com a base. Depois da Constituição de 1988 fizemos duas lutas muito importantes, a aposentadoria e o salário maternidade. Foram lutas muito difíceis... Fui a Brasília, juntamente com um grande número de mulheres, três vezes. Uma destas vezes, durante o “Grito da Terra”, tínhamos o objetivo de conseguir crédito para a agricultura familiar, e conseguimos.

Para a aposentadoria da Mulher agricultora encaminhamos o projeto, com o abaixo assinado, reunimos vários municípios da região. Em Brasília, para convencer os deputados a votarem na Lei que iria para a Câmara, íamos em grupos, nos gabinetes de cada um deles.

Me marcou muito quando fomos falar com Ronaldo Caiado que era presidente da UDR – União Democrática Ruralista, (criada em 1985, para enfrentar as lutas organizadas pelo Movimento Sem Terra que havia se organizado oficialmente em 1984). Ele falou: “Mas como vou votar sim para esta lei, se eu sou granjeiro e tem um monte de mulheres que ficam parindo, umas 4 ou 5 por mês, como vamos pagar?” Então esclarecemos bem pra ele como seria, que quem pagava era a previdência, colocamos que ele tinha que contribuir com o direito das mulheres brasileiras à previdência. E ele disse que votaria.

Quando íamos viajar pra estas reivindicações, antes de sair de casa, era tudo programado: eu deixava uma fornada de pão dentro do freezer, tinha minha moça em casa com 19 anos que me ajudava,



deixava alguém pra tirar leite! Eu me organizava e vencia! Muitas mulheres falavam: “a casa da dona Iria deve ser um chiqueiro, pois não para em casa!!!” Falavam também: “Ah! ela deve estar logrando o marido!!!” Hoje elas entendem que a luta foi um benefício para toda a população.

Antes de fazer a mobilização em Brasília ou noutros lugares, íamos para a base discutir os programas para animar a mulherada. As mulheres não sabiam o que era a Constituição. Levávamos as cartilhas e os cartazes, lembro de alguns: “Nenhuma trabalhadora rural sem documento...”, e “A alegria está na luta e na conquista”.

Algumas mulheres não tinham dinheiro para ir aos eventos e lutas, mas vendiam ovos para conseguir, muitas não tinham documentos pessoais, então nós incentivávamos as mulheres organizar seus documentos.

No momento de regulamentar o Salário Maternidade, já era governo Collor, 1992 ele vetou, foi uma luta ferrenha para finalmente ter este direito garantido de fato, a mulher estava sindicalizada, documentada. Quando iniciaram os Encontros “Mulher Cidadã”, criamos os “10 Mandamentos da Mulher Cidadã” em 1998, foi mais uma conquista.

Essas conquistas foram grandes, pois a mulher era dominada, o marido mandava, a mulher não tinha voz, não tinha vez, as mulheres da minha idade sofreram muito com o machismo clássico do país, a violência dos palavrões. Meu marido também não aceitava as minhas lutas. Eu chorei muitas vezes, chegava da reunião de base e a pia tava cheia de louça e ainda ouvia: ‘Agora é hora de chegar em casa, você não sabe qual é tua hora?’”.

Depois deste relato, perguntamos:

Equipe: O que falta hoje para as mulheres continuarem a se envolver na luta?

Dona Iria: “Temos a cidadania passiva e ativa, as mulheres foram educadas pra isso e têm aquelas que acham que devem continuar desta forma. Pra mim,

para ser ativa, para ser uma cidadã de verdade, tenho que participar das decisões, da comunidade, dos espaços políticos e de organização. A cidadania passiva é quando ganho tudo pronto, é melhor, mas fácil”.

Equipe: E essas mulheres que ficam sempre ligadas à TV, à Internet, ao mundo da moda, das revistas que trazem todas receitas de beleza?

Dona Iria: “Essas mulheres não vão pra luta, dificilmente!!! Até elas podem conseguir uma visão política um pouco mais avançada, o voto, por exemplo. Mas muitas mulheres ainda não conseguem chegar num envolvimento político de mobilização e reivindicação, igual a uma luta necessária para as donas de casa que não têm previdência, e as domésticas que não têm carteira assinada. Tem muitas outras lutas que tem que ser feitas com essa camada da população. As agricultoras conseguiram muitas coisas, mas se acomodaram”.

Equipe: O que poderia ser feito para dar incentivo às mulheres hoje?

Dona Iria: “ Que as mulheres se promovam, saiam de casa, vemos a APMI como envolve as mulheres no crochê, tricô... e hoje não se tem mais isso nos movimentos! Acho que temos que estudar alguma coisa, não só mobilizar para a política. A violência contra a mulher é algo muito presente hoje. Algo muito bom seria a publicação e divulgação da Lei Maria da Penha. Têm também os direitos trabalhistas, as diaristas que ficam trabalhando por dia, acabam não pagando a previdência; a diferença salarial entre homens e mulheres. No clube de mães dificilmente discutiremos: como vamos reunir a mulherada para a política? A mulher tem que ser organizada, queremos os movimentos reunindo as mulheres, queremos alguém formado para atender as mulheres, ter Delegacias da Mulher nos municípios. As mulheres têm que estar organizadas, ainda tem muita mulher que acredita que deve fazer aquilo que o marido quer, mas não é bem assim.

Na minha vida descobri que não basta sonhar, temos que entrar na luta muitas vezes sem voz e sem vez, mas fazendo valer os direitos dos mais pobres e acreditar em um mundo solidário. Tive o prazer de participar de tantas conquistas que hoje são Leis Federais e que beneficiam muitas famílias brasileiras, participei de vários seminários de

Gênero, Relações de Poder e Equidade



“A mulher precisa ser respeitada como igual” (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010)

Abrir novos caminhos: enfrentando as desigualdades

Ao se falar das experiências e práticas efetivadas na história de organização das mulheres, percebe-se que houve grandes avanços, mas que ainda há falta de resistência por desconhecimento de conceitos importantes além de um vazio de lutas e enfrentamentos como: tomar posição diante da mídia que influencia o modo de pensar, de vestir, de agir usando o corpo da mulher como mercadoria e incentiva uma auto-estima apenas de consumo; a falta de Igualdade nas tarefas como cuidar dos filhos, fazer negócios, estudar, dirigir, cultivar e preparar os alimentos vender e aproveitar a renda de produtos do trabalho.

Esta situação não é algo recente: *“O preconceito existia tanto por parte dos homens quanto das mulheres, muitas, que ficavam em casa, não compreendiam a luta das companheiras. Aquelas que se envolviam, por sua vez, também sentiam medo de sair de casa para uma luta, pois não tinham estudo, raramente falavam em público e suas opiniões e ideias ainda estavam submissas à opinião do chefe da família. Sair lá da roça com apenas quarta série para assumir uma entidade foi muito difícil. Ir para Brasília, Curitiba, enfrentar dificuldades de falar, de se expressar [...] Isto, politicamente repercutiu muito forte [...] mas falávamos com propriedade o que queríamos.”* (Mulheres Agricultoras/ UNIOESTE, 2010)”.

Contudo, apesar disto, e depois de tantas lutas, é possível perceber alguns avanços nas relações sociais: *“Não adianta discursarmos para os filhos se as práticas que temos em casa falarem o contrário. Ex: a mãe sempre ir para a pia. Antes as mulheres não pagavam ingresso e era só o rapaz que ganhava dinheiro dos pais para ir para as festas, por isso as mulheres que entravam tinham que se sujeitar a dançar com qualquer um que a convidasse, pois os homens estavam pagando o ingresso: ‘não podia dar carão’, além de tudo a moça apenas ia ao baile se o irmão fosse, ela não*

tinha independência para sair [...]” (Mulheres Agricultoras/ UNIOESTE, 2010)”.

Diante destas afirmações, percebe-se o desafio de compreender melhor esta sociedade que vivemos e nela o que são as relações de gênero.

O Conceito de Gênero: iguais ou diferentes?

Toda sociedade constrói imagens impondo formas de ser, de pensar e agir para os homens e para as mulheres. É o que chamamos de papéis masculinos e femininos. Um conceito utilizado para explicar estas relações é o conceito de gênero.

O conceito de gênero se refere a relações sociais que tratam das relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas estas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto faz com que algumas pessoas tenham mais liberdade e oportunidades para se desenvolverem do que outras. (CAMURÇA, S., GOUVEA, T., 2000)

Experiências mostram que, mesmo eliminando a propriedade privada dos meios de produção, a discriminação praticada contra a mulher ainda persiste, por isso a libertação da mulher na sociedade patriarcal só poderá ser fruto de novas práticas de convivência, com valores que devem deixar de ser apenas palavras para se transformarem numa prática diária.

O jeito como nós somos ensinados a ser homem e mulher, a forma e o conteúdo como aprendemos a pensar, agir e nos comportar, tem origem numa concepção de sociedade e visão de mundo que se sustenta em valores, hábitos e numa moral que garante: “sempre foi desse jeito e vai continuar assim” que isto é “natural”, “certo” e “normal”.

Ao longo da nossa vida vamos aprendendo a ser homem e ser mulher. Isso significa que cada um de nós, além de sermos gerados por um pai e uma mãe, somos “fabricados” ou “construídos” pela sociedade através das normas de gênero, por isso somos seres sociais. Por exemplo, aprendemos que “os homens são fortes e as mulheres são frágeis”; “os homens

são inteligentes e as mulheres intuitivas”; “os homens são objetivos e as mulheres subjetivas”; “os homens são feitos para o trabalho fora de casa e as mulheres para o trabalho do lar”.

Contudo, o conceito de gênero nos ensina que a diferença básica da mulher para o homem é que a mulher menstrua, pode parir e amamentar, no entanto o homem e a mulher podem cuidar de casa e de seus filhos e filhas. A nossa diferença está entre sexo e gênero, não entre ser homem e mulher, como consta a seguir.

Discussão sobre Relações Sociais de Gênero	
SEXO	GÊNERO
É biológico	É uma construção social
Nascemos com ele	Não se nasce com ele (aprende-se através da socialização)
É natural	
PORTANTO	
SEXO NÃO PODE SER MUDADO	GÊNERO PODE SER REVISTO
EXEMPLOS	
Apenas as mulheres podem parir	Mulheres e homens podem trabalhar como professoras/es e agricultoras/es
Apenas os homens podem fecundar	Mulheres e homens podem cuidar das tarefas domésticas
Fonte: Cadernos Terra Solidária, 2002	

Aprendemos as Relações de Gênero desde Criança

As relações de gênero acabam construindo normas de conduta e muitas desigualdades entre as pessoas, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sejam considerados mais

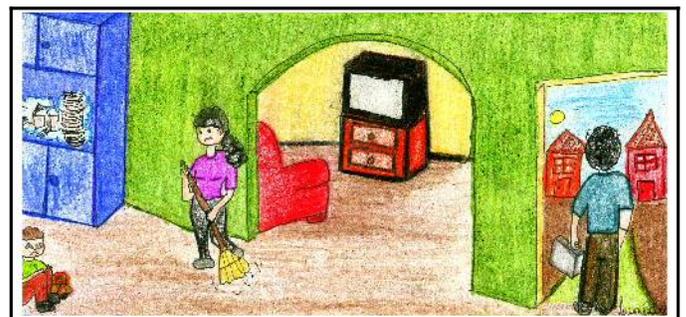
importantes e respeitados, tendo assim, mais liberdade e oportunidades, isso significa para as mulheres menos possibilidades em relação aos homens que tem escolhas variadas.

Uma das normas sociais mais fortes é o entendimento que cabe aos homens a responsabilidade pela sobrevivência econômica da família e às mulheres ser “dona de casa”, cuidando das tarefas domésticas e dos filhos. Podemos dizer que esta perda de oportunidades, esta falta de uma relação que dê ao homem e à mulher o direito de estar em mesmos espaços e de organizar-se da mesma forma, é falta de equidade de gênero.

Este problema vem sendo reproduzido ao longo dos anos, pela família, pela igreja, pela televisão, pela escola, pela lei... Mas como mudar isto?

É importante considerar que mesmo que os homens tenham mais poder nas relações sociais, sofrem conseqüências negativas por causa disto. Não deve ser fácil ouvir, desde pequenininho que homem não chora, que homem não sente dor, que homem não pode maravilhar-se diante do belo, nem emocionar-se... Imaginem só: estar triste, sentir uma dor no corpo ou no coração e não poder demonstrar! Há todo um mundo de afetos e sensações, de aconchego e carinho que a nossa sociedade proíbe aos homens.

A obrigação de ser forte dificulta a vida e o desenvolvimento pessoal e coletivo dos homens, assim como o dever de ser fraco, sensível e submissa, prejudica as mulheres.



Os primeiros contatos que temos com o mundo e as pessoas acontecem na família, onde o afeto e a autoridade estão muito ligados. Na família as relações desiguais são muito claras, os mais velhos têm sempre mais poder do que os mais jovens, os homens mais poder do que as mulheres e estas diferenças se justificam muito pelo lado afetivo, ou

Gênero, poder e equidade: como isto acontece no dia a dia?

Se analisarmos o processo histórico de transformação da sociedade perceberemos que apenas mudanças na esfera econômica, que dão conta das questões materiais e, na esfera ideológica, que se ocupam das questões das ideias, não são suficientes para sustentar um projeto de nova sociedade.

Hoje temos certeza que para mudar a sociedade precisa acontecer uma revolução nas relações entre as pessoas, e que esta revolução, envolve as relações de gênero, ou seja, as relações entre homens e mulheres e que, uma nova sociedade se faz também nas decisões tomadas sobre as tarefas e as responsabilidades do dia-a-dia, por exemplo, o que plantar? Onde aplicar o dinheiro? Quem vai para as reuniões? Quem assume uma função na comunidade ou associação?

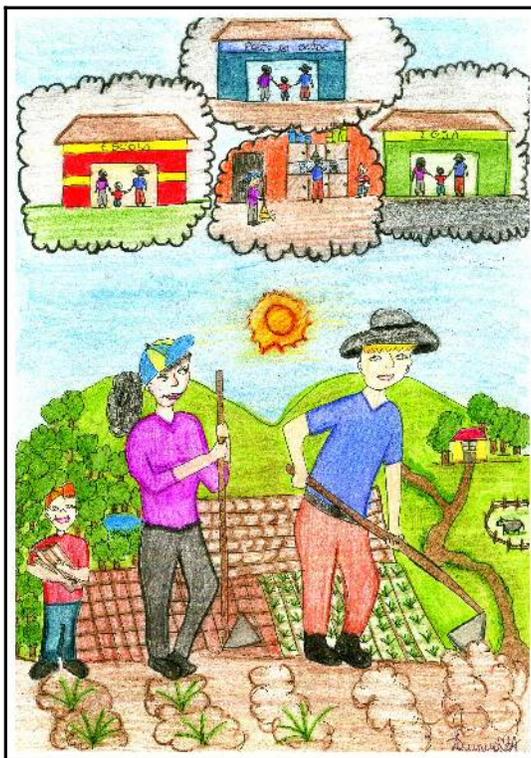
Esta mudança passa por uma socialização do poder! Mas o que isto significa? Socializar o poder significa ampliar o espaço de quem se envolve nos processos e não apenas repartir tarefas e responsabilidades.

É muito diferente assumir as tarefas de cuidar da casa ou ir a uma reunião! Esta diferença está relacionada ao poder que homens e mulheres têm ao exercer suas ações na sociedade.

Dividir poder é começar a dividir equitativamente as tarefas e os compromissos, alternando, por exemplo, a tarefa de presidir uma associação com o cuidado da casa e dos filhos ou do trabalho da roça com o cuidado da horta. Na história de homens e mulheres estas tarefas sempre tiveram um status maior ou menor. Mas isto apenas não basta se considerarmos que a

sociedade também é extremamente desigual e que, muitas vezes, não temos certeza de qual projeto queremos, qual é nossa identidade.

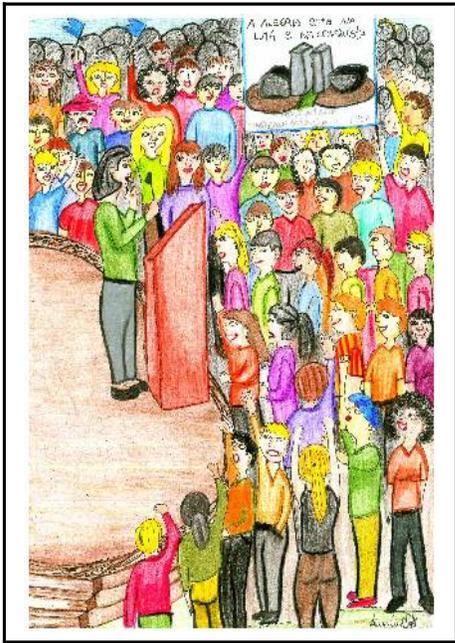
Na sociedade o trabalho e as atividades políticas são associados aos homens. A atividade política é uma atividade pública, ou seja, no “espaço de todos”, tem sido considerado como pertencente aos homens: espaço público. Este espaço também deve ser ocupado pelas mulheres. Repartir o poder, as decisões, discutir e dividir as tarefas da casa, as responsabilidades do dia a dia fora de casa.



Contudo, o cuidado que teremos de tomar é que não será apenas indo para as ruas, ocupando os lugares que eram só dos homens nos sindicatos, partidos e movimentos, que as mulheres estarão transformando, as relações de gênero. O “espaço da casa” precisa tornar-se um “espaço dos homens”, onde ao assumir algumas tarefas, sintam-se igualmente valorizados. O desafio é fazer com que este espaço tenha o mesmo status de valor para a sociedade.

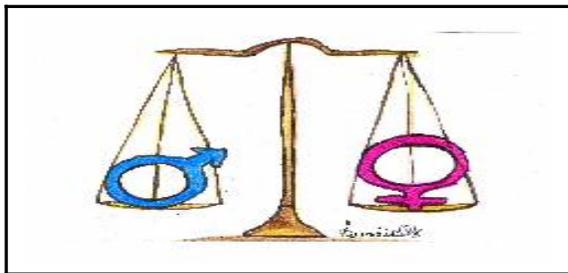
Relações de gênero são relações de poder. As mulheres ao fazerem política estão transformando as relações de gênero. “A gente primeiro se organizou como mulher, depois as lutas sociais, e fomos à luta. Foi muito forte, tivemos muitas conquistas...” (Mulheres Agricultoras/ UNIOESTE, 2010)”.

As conquistas que as mulheres da região tiveram, foram uma realização e devem dar às mulheres um poder maior e aos homens a oportunidade de conviver com os espaços privados onde tanto o homem quanto a mulher possam humanizar-se a partir de relações equitativas. As mulheres, para isto, precisam de preparação, capacitação para assumir cargos não apenas ocupá-los por interesse próprio, mas como alguém competente e com capacidade que permita a realização do projeto que assumem.



Uma grande escritora feminista, brasileira nos diz, neste ano de 2010: “Para lutar contra a subordinação feminina, essa nova ética considera que não se devem adotar os valores masculinos para se parecer com os homens. Mas que, ao contrário, deve-se repensar e valorizar os interesses e as virtudes femininas” (PRIORE, 2010, p. 07).

Um dos elementos fundamentais que nos traz o conceito de gênero é esta ideia de que, transformar o modo como há muito tempo se vem organizando as relações entre homens e mulheres nas sociedades, não é simplesmente trocar os lugares de quem domina e de quem é dominado, nem é achar que se vai acabar com as diferenças entre mulheres e homens e ficar uma coisa só.



Na verdade, o que precisamos acabar, totalmente, é com a ideia de que as diferenças que temos nos nossos corpos -

sejam elas sexuais, raciais ou de idade - justifiquem desigualdades, opressão, discriminação e injustiça. O que somos como pessoas e o que fazemos tem, e deve ter sempre, o mesmo valor.

Para refletir e conversar:

a) Como é feita a divisão de tarefas na sua casa? Por quê as coisas acontecem desta forma? Sempre foi assim? Poderia ser diferente?

b) O que é mais importante para a lógica da sociedade, ser presidente da associação, da comunidade, ou ficar em casa cuidando das tarefas do dia a dia? Quem ocupa estes lugares na maior parte das vezes?

c) As mulheres sempre tiveram pouco acesso ao técnico e político conhecimento, como mudar isto?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

Referências:

GOUVEIA, T.; CAMURÇA, S.; Versão modificada da cartilha **O que é gênero?** Um novo desafio para as Trabalhadoras Rurais uma co-produção MMTR-NE, SOS CORPO Gênero e Cidadania e DED-SACTES, 1995.

FETRAFE-SUL/CUT. **Relações sociais de Gênero.** Florianópolis, 2002.

SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST. **Construindo novas relações de gênero.** Desafiando relações de poder. Julho, 2003

Imagens:

FERRAZ, E.G.V. e SOUZA, L.C.de.

Família: Patriarcado e Violência

“
ã

N
o



se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 2003, p.28).

Capitalismo e Patriarcado: As Origens da Violência Masculina

De acordo com a filósofa francesa Simone Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se”. Por isso, ser fêmea, com características biológicas é um entendimento restrito do verdadeiro sentido de tornar-se mulher. Infelizmente a sociedade interpreta “o ser mulher” colocando “rótulos de frágil, inferior, apenas símbolo sexual, com falta de capacidade”.

O modelo de mulher que a sociedade exige vai se modificando conforme o momento e os lugares históricos, acompanhados também pelas mudanças sociais. Ser mulher é uma identidade que vai para além de si mesma, pois é uma construção baseada em escolhas e lutas, na busca por igualdade de direitos, por dignidade e respeito. Nascemos fêmeas, mas nos tornamos mulheres quando ocupamos nosso espaço na sociedade.

O modo de produção capitalista é definido como um sistema de organização da sociedade baseado na divisão de classes (burguesia e trabalhadores), na exploração da força de trabalho, na propriedade privada dos meios de produção, na comercialização das mercadorias que geram cada vez mais lucros, concentrando riqueza na mão de poucos.

É neste sentido que se pode afirmar que o capitalismo tem em si uma cultura de violência, pois sempre vai fortalecer a diferenciação entre povos, países, etnias e também entre os papéis de homens e mulheres na sociedade, pois possibilita a exploração. Faz isto também através das instituições: escola, família, meios de comunicação, exército, igreja, quando afirma valores, ideologias e modos de viver.

Exemplo disto é a ideologia de dominação dos ricos sobre os pobres, dos brancos sobre afrodescendentes e indígenas, dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre crianças. A dominação dos bens naturais para concentração de riquezas também serve ao interesse de manter a relação dominante.

Assim a sociedade vai construindo através da cultura dos modos de pensar e agir e da relação do homem e da mulher é parte dessa construção, por isso a violência não é isolada ou fato decorrente do presente, mas possui suas raízes desde a antiguidade e se revela na luta pelo poder e domínio.

No período da colônia, por exemplo, tanto o Estado quanto a Igreja incentivavam um modelo de família em que a mulher deveria apenas se casar e constituir família, era assim propriedade do marido. Até o ano de 1600, na América Portuguesa, os maridos tinham permissão de corrigir suas mulheres usando a chibata, açoitando-a quando entendessem que haviam deixado de cumprir seus deveres! As mulheres sofriam agressões físicas e psicológicas com permissão e justificativas aceitas pela sociedade organizada (GIORDANI, 2006).

A este sistema de organização social que estabelece tamanha hierarquia entre os seres humanos, chamamos de patriarcado. O patriarcado se constitui num sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem e se mantém através da ideologia e da cultura capitalista. Por isso podemos dizer que, várias das dificuldades que encontramos hoje na sociedade, dentre elas a violência, são frutos de um modelo de sociedade capitalista e patriarcal.

Não apenas a violência geral, mas a violência masculina também é fruto do modelo patriarcal de sociedade, uma vez que as relações estão fundamentadas nos princípios da propriedade, do domínio e do controle da mulher e, desse modo, esta violência se estabelece como força e domínio.

O patriarcado é uma palavra grega: *pater*, *pathriarchees*, de pai, pátria, descendência, família e de *archoo*, dominar: dominar desde a família; desde o pai que domina a família; o pai tem o poder na mão. Aparece pela primeira vez entre os hebreus no século IV para qualificar o líder de uma sociedade judaica, referindo-se a um território governado por uma autoridade religiosa chamada de patriarca que tem poder sobre

todos que lhe estão subordinados. O patriarcado passou a ser o grande modelo de poder usado desde a família até a política macro, a partir das decisões que se tomam e que se impõem. Passou a significar um modelo de sociedade em que o pai exerce o poder maior.

O patriarcado faz com que as relações entre as pessoas sejam desiguais e hierarquizadas, também no controle de sua sexualidade. Atualmente o controle da sexualidade é fortemente percebido quando a mídia cobra os padrões de como a mulher deve ser: ter um corpo esbelto, estar sempre pronta para servir e agradar, submeter-se ao desejo sexual dos homens, entre outros.

Assim, as mulheres são impedidas de terem sua opinião, serem livres para decidir sobre sua vida e seu corpo, além do que “se ela não se cuida, outra mulher está se cuidando”. Ou seja, há uma imposição de concorrência entre as próprias mulheres, baseada numa relação de troca onde seu corpo pertence a um sistema que o regula e não a ela mesma.

Também é imposto às mulheres um padrão de dona de casa, mãe exemplar, esposa servil e consumidora de forma que ela não consegue pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal.

Estas concepções se mantêm porque neste sistema a pessoa mais importante, a alta autoridade é o patriarca (homem), que determina as concepções e mantêm seu poder (sobre a mulher).

Esta violência mantida pelo sexo masculino e aceita pelas mulheres, tem favorecido a visão de força e legitimação social, tornando-se natural. Normalmente as mulheres consideram-se inferiores, acreditam que “sempre foi assim e sempre será”, “os homens não mudam, isso é normal”, “lugar de mulher é na cozinha”, e que “deve obedecer ao homem”.

Normalmente os filhos e filhas jovens também são subordinados e não conseguem projetar suas vidas com liberdade e autonomia, com reflexão sobre as posturas e

concepções da família. Assim, ou seguem o padrão da família patriarcal, ou o negam, mas normalmente, ao negar o padrão mais rígido seguem o padrão da mídia que também se calca nos valores patriarcais de uso e submissão da mulher, uma vez que massifica e obriga todos a terem uma conduta social permissiva (“tá tudo liberado”).

Como o patriarcado se mantém através da ideologia no sistema capitalista, homens e mulheres são educados para manter este sistema funcionando.

Isto nos leva a refletir sobre a violência dos homens contra as mulheres desde um ponto de vista que vai considerá-la um problema da nossa cultura, e não um problema dos homens, a violência tem aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais objetivos e subjetivos, mantidos pela sociedade.

Para refletir e conversar:

a) O sistema que vivemos é violento: que tipos de violências as pessoas sofrem neste sistema? E na agricultura familiar, que tipos de violência podemos perceber?

b) De que forma esta violência atinge a organização das famílias e as pessoas consideradas “inferiores” como mulheres, crianças, idosos e jovens?

c) Como as mulheres reforçam o sistema patriarcal na agricultura familiar? Que tipo de mulher a agricultura familiar tem formado?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

A Educação de Homens e Mulheres

A família é considerada um dos espaços mais importantes na vida das pessoas. Entendida como o “ninho” que acolhe os seres humanos, sempre foi idealizada. Sem dúvida em todos os grupos sociais a família é muito importante, na agricultura familiar que, historicamente, assume este adjetivo “familiar” – vindo de família, esta forma é fundamental para sua continuidade e existência.

Basicamente podemos dizer que homens e mulheres recebem sua maior influência de educação na família. Elas se modificaram muito nos últimos anos, pois são resultado de nossa história social e se constituem como um produto da sociedade. Hoje podemos dizer que a família mudou e existem várias formas de se ter família:

[...] pode ser a família que a gente tinha, a família atual ou a do futuro. Mas pode ser também o conjunto de pessoas que vivem juntas e dividem um campo afetivo comum. As pessoas vivem juntas porque elas precisam, é uma maneira de se proteger. Mas também porque é uma maneira de a gente se amar, se socializar, trocar experiências amorosas, afetuosas. [...] A instituição família é o conjunto da organização familiar como todo: o casal com seus filhos e a sua história – seus pais, mães, avós, parentes (Jornal Correio Riograndense, 29/10/2003, p.11).

Ao longo da história a família se constituiu de pai, mãe e filhos que buscam viver em uma harmonia, porém, nem sempre foi assim. O modelo de família que temos

hoje foi herdado da “Família Burguesa” que surge na Europa em meados do século XVIII. Nela o espaço de poder era regido pela frieza, calculismo, competição, e pela busca de sucesso fora dela. O lar era o espaço exclusivo da emoção, simbolicamente associado à proteção, ao amor, carinho, harmonia, enfim o paraíso, onde o marido era o provedor material da casa e a autoridade dominante.

À mulher cabia a tarefa de cuidar da casa e dos filhos e economicamente ser dependente do marido, por isso passa a ser submissa a ele em todos os aspectos. A sexualidade feminina ficou restrita no casamento, a mulher perdeu o direito ao prazer, os homens, neste contexto, passaram a ser incentivados à busca do prazer fora do casamento.

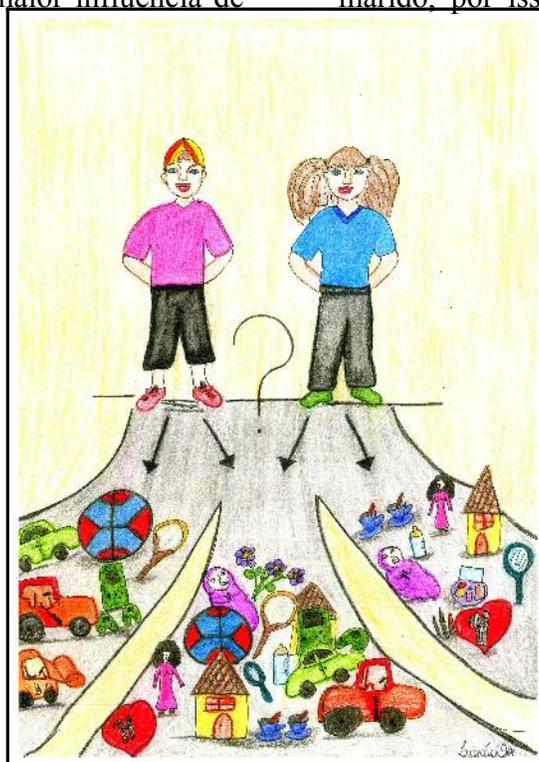
Outra forte característica desta família é a repressão à sexualidade infantil onde meninas brincam com meninas, de casinha, boneca e meninos brincam com meninos de caça, de luta, de carros. Assim os brinquedos que damos às crianças são “brinquedos de menino” ou “brinquedos de menina”.

Este modelo de família burguesa passou a ser adotado pela classe trabalhadora e pelas

famílias agricultoras também e, é este modelo que predomina até hoje.

Fruto dessa herança a educação que os homens recebem desde pequenos é voltada para privilégios como autoridade, comando, decisões e liderança, portanto, suas atitudes violentas e agressivas não são naturais e nem genéticas, pois não nasceram com eles, mas foram resultado de uma educação associada à agressividade e a violência, que se efetiva no dia-a-dia.

Além disto, desde muito cedo, na sua educação, o menino deve ser agressivo, não deve



chorar e deve reprimir suas emoções ligadas à sensibilidade, porém pode sentir raiva, deve brigar, “defender-se” e ser violento. Em contrapartida, a menina deve ser submissa e passiva, manter-se nessa posição.

Quando adultos nas relações com as mulheres como irmã, namorada, esposa e até a mãe, entendem ser direito usar de violência para serem atendidos e obedecidos.

Nossas crianças participam de muitas “brincadeiras de criança” que reafirmam esse modelo, por exemplo, as “brincadeiras de meninas” são mais tranquilas e ligadas à fantasia, como rodas, bonecas e casinha e também incentivadas a se preocupar com a beleza de suas bonecas.

Este processo iniciado na família, continua na escola, pois a ideologia dos livros didáticos e da sociedade em geral é repassada às crianças: “menino não chora”, “menina não fica de perna aberta”, “menino tem que ser macho”, “menina não deve brigar”, “menino trabalha” e “menina cuida da casa”, “menina sempre tem caderno bonito”, etc.

Vale destacar que o mesmo sistema de poder que autoriza os homens a atuarem de modo agressivo, os obriga, desde pequenos, a responder a um modelo cultural que definem um homem de verdade como “forte e corajoso” e por isso são educados, treinados para bater e agredir.

Estas atitudes vão dar os fundamentos pelos quais a violência é aceita como natural, e socialmente os homens passam a ser desculpados por suas atitudes violentas.

Para refletir e conversar:

a) Que tipo de família tem por trás do “quadro da agricultura familiar”, como podemos analisar na figura inicial deste capítulo?

b) Que tipos de brinquedos damos/comparamos aos nossos filhos, netos, afilhados? Porque incentivamos nossas meninas a se maquiarem desde pequenas?

c) Prestamos atenção em quais atitudes incentivamos em nossos meninos? Ainda aceitamos essa forma de educar ou

conseguimos refletir com eles sobre as atitudes e ações aceitas pela sociedade?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

Vamos Cantar:

Nesse canto libertário

Vem cá meu nego, conte aqui teu segredo/ Diz que homem não tem medo, mas tem medo, sim, senhor. / O homem é bicho cheio de contradição./ Não tem medo de um leão, mas tem medo de uma flor.

Pois a serpente quer roubar nossa ternura / Disse que a alma vale menos que a razão / Ser bem mais homem é romper essa censura / Com igualdade e candura nos caminhos da paixão.

Rabisquei essa cantiga, fiz esse xote marcado/ Tem homem pra todo canto, / tem mulher pra todo lado/ Se o papel da poesia é resgatar a auto estima /:Liberdade é mais que rima nesse canto libertário./:

Bandeira de Luta

Traga a bandeira de luta, deixa a bandeira passar. Essa é a nossa conduta, vamos unir pra mudar.

1. Deixe fluir a esperança porque na lembrança vamos resgatar. Guardada bem na memória a nossa história vai continuar.

2. Bate cundum na Bandeira, o bate cundum da mudança chegou. É na roca, na cidade, na sociedade sou trabalhador.

3. Somos da história sujeitos e nossos direitos não podem acabar. os nossos sonhos de busca de paz e justiça vão continuar.

O que se entende como Violência contra a mulher

Infelizmente, a forma como a sociedade se organiza, faz com que a violência faça parte do cotidiano de muitas mulheres e este fato é tão banalizado que parece ser natural acontecer. A violência envolve indivíduos de todas as classes sociais: a realidade é fria e chocante de acordo com dados de várias pesquisas:

- 70% das mulheres assassinadas no mundo são vítimas de seus próprios companheiros, acontecem no âmbito doméstico;

No Brasil: - A cada ano mais de 2 milhões de mulheres são espancadas por maridos ou namorados;

- A cada 2 horas uma mulher é morta por violência;

- Apenas 40% das mulheres denunciam o agressor;

- De cada 100 mulheres brasileiras, 15 vivem ou já viveram algum tipo de violência doméstica.

- Uma entre quatro mulheres é vítima de violência doméstica;

- Apenas 2% das queixas desse tipo de violência resultam em punição;

- A cada 15 segundos, uma mulher sofre violência;

- É estimado que 90 % destes casos acontecem dentro de sua própria casa, no espaço da família;

- A maioria das mulheres demora 10 anos para efetuarem a primeira denúncia, sempre pensando que “ele vai parar”, fez “porque estava nervoso, bêbado...” ou ainda porque “pensando bem eu tive um pouco de culpa (ANMC, 2008 p.10).

O mais grave disto é que a maior parte das mulheres agredidas fica em silêncio.

Principais motivos que levam a mulher silenciar quando é agredida

- Medo, vergonha;
- Dependência Financeira ou emocional,

pensam: “ruim com ele, pior sem ele”

- Sentem culpa pela violência, ou sentem medo de ser culpada;
- Não querem prejudicar os filhos, pensando em sua segurança;
- Sente que não tem controle sobre o que acontece ou aconteceu em sua vida;
- Espera que o agressor mude, achando que “foi só daquela vez”;
- O agressor acompanha sua vida, nos mínimos detalhes;
- Têm medo de apanhar;
- Não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente;
- Tem vergonha da família;
- Tem vergonha dos vizinhos/as.

Fonte: Pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Avon que ouviu 2.002 pessoas.

O que é a violência doméstica? A violência doméstica é aquela que acontece dentro de casa, envolvendo a família, considerando que os indivíduos neste espaço têm maior proximidade, relações afetivas, amorosas, íntimas, amigáveis. Infelizmente os filhos de alguma forma participam da relação violenta dos pais e mães.

O que leva uma mulher a continuar numa relação em que é agredida pelo companheiro

24 %	Falta de condições econômicas para viver sem o companheiro/a;
23%	Preocupação com os filhos/as;
17%	Medo de serem mortas;
8%	Vergonha de admitir que é agredida, apanha;
6%	Vergonha de se separar;
4%	Dependência afetiva;
4%	Acha que tem a obrigação de manter um relacionamento.

Fonte: Pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Avon que ouviu 2.002 pessoas.

A violência contra a mulher acontece dentro de um ciclo, onde a primeira relação que se estabelece é a confiança. O companheiro demonstra ter perspectivas positivas, mas após algum tempo começam dificuldades de

comunicação, agressão, violência com insultos e ameaças, fazendo com que “quebre” essa confiança.

Nesse momento o companheiro diz que vai mudar, a mulher sente culpa pela situação, mas acaba por pensar que ele está certo e ela errada, e dessa forma ela perdoa e se reconcilia, identificando-se com o agressor, passando a depender dele. Normalmente as experiências mostram que depois dos gritos vem a agressão física e a mulher acaba se sujeitando ao ciclo da violência, que se repete, levando muitas vezes ao assassinato desta mulher.

Grande parte das agressões contra mulheres no meio doméstico ocorre quando estas decidem trabalhar fora de casa ou quando ousam manifestar pontos de vista contrários aos dos homens e, o pior de tudo, é que “em quase 95% dos casos de violência doméstica no Brasil, o homem é o ofensor, inclusive a mulheres grávidas” (SILVA apud GIORDANI, 2006, p. 183).

As mulheres muitas vezes não questionam, não exigem e não consideram que são capazes porque foi inculcado nelas que não têm as mesmas condições que os homens, e que se não tiver ao seu lado uma figura masculina, ela não terá capacidade de sobrevivência.

Isso está tão enraizado em nossa sociedade que se atualmente uma mulher resolver morar sozinha, sempre haverá alguém criticando e mostrando “pena” por não ter uma figura masculina para ajudar no sustento da casa e de seus filhos.

É importante se dar conta que esta violência prejudica também o agressor impedindo este homem de viver como um ser humano pleno e capaz de relacionar-se com tranquilidade, de sentir e expressar sua afetividade de uma forma saudável,

construindo laços humanizadores com seus/as filhos/as, sua mulher e as pessoas que lhe são próximas.

Por isso, ao silenciar com relação à violência, tanto a mulher como a sociedade, acabam por prejudicar a humanidade, seja a si mesmas, seus/as filhos/as e aos homens também. Desta forma reforça-se que esta é uma questão que precisa ser enfrentada pela sociedade, por todos/as uma questão que não é individual, de cada um ou de cada família, como ainda muitos acreditam, mas é uma questão social, cultural de um sistema capitalista e patriarcal que precisa ser transformado.

Iniciativas para enfrentar a violência

A violência contra as mulheres é apontada como o problema que mais preocupa a mulher brasileira na atualidade 33%, mais do que o câncer de mama, 17% mais do que o câncer de útero e 10% mais do que a AIDS.



Ela pode ser caracterizada como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, econômica ou financeira e violência institucional.

Somente a partir da década de 1980 é que a violência contra a mulher passou a ser denunciada com mais intensidade. Em 1981 foi instituído o

Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a mulher.

Dia 25 de Novembro é o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher. A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Teresa) que foram presas, torturadas e assassinadas em 1960, pela ditadura de Rafael Leônidas Trujillo na República Dominicana. Quando Trujillo chegou ao poder, sua família perdeu quase toda sua fortuna. As Mirabal achavam que Trujillo levaria o país ao caos e por isso formaram um grupo de oposição ao regime, conhecido como o [Agrupamento Político 14 de junho](#). Dentro deste grupo eram conhecidas como “As Borboletas”. Foram encarceradas e torturadas em várias ocasiões. Apesar destas situações, continuaram em sua luta por terminar com a ditadura. Em [25 de novembro](#) de [1960](#), o ditador enviou vários homens a interceptar as três mulheres depois da visita a seus maridos em prisão. As irmãs, totalmente desarmadas, foram levadas a umas plantações de cana, onde foram assassinadas. A publicidade resultante da morte das irmãs fez com que o povo dominicano se mostrasse cada vez mais a favor de seus ideais de luta.

Em 1991 foi iniciada a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, com os **16 Dias de Ativismo contra a Violência contra as Mulheres**, que começam no dia 25 de novembro e encerram-se no dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948. Em março de 1999, o 25 de novembro foi reconhecido pela ONU como o **Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher**.

Fonte: <http://copodeleite.rits.org.br>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

A partir da década de 1990 foram criados órgãos específicos no combate à violência contra a mulher como as Comissões de Defesa dos direitos da Mulher e, em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), por meio do qual foram priorizados quatro assuntos:

trabalho, educação, saúde e violência. A partir deste momento as mulheres passaram a receber assistência jurídica voltada para separações, solicitação da pensão alimentícia, guarda de filhos menores e outras questões pertinentes à vitimação pela violência intrafamiliar. Em 1985, foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher.

A Campanha Brasileira do Laço Branco tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens pelo fim da violência contra a mulher, com atividades articuladas com movimentos de mulheres. Começou no dia 6 de dezembro de 1989 quando um rapaz de 25 anos invadiu uma sala de aula, na cidade de Monteral, Canadá. Ordenou que os 48 homens se retirassem da sala, ficando só com as 14 mulheres, que assassinou a tiros e em seguida, suicidou-se. Deixou uma carta em que dizia ter feito aquilo porque não suportava a idéia de ver mulheres estudando engenharia, um curso dirigido ao público masculino. O crime mobilizou todo o país e um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: **jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência**. No Brasil, algumas iniciativas iniciam em 1999 e a campanha é oficializada em 2001, sendo atualmente amplamente divulgada.

<http://www.lacobranco.org.br/index.php?goto=sobre.php>

Atualmente temos a Lei Maria da Penha que é considerada um grande avanço com relação à eliminação da violência contra a mulher.

Um pouco da história desta Lei

Em 1983, o marido de Maria da Penha Maia, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu-lhe um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrecutá-la.

A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para contestar o cumprimento da pena.

O caso chegou a Comissão dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Então, Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu 2 anos de prisão. Hoje está em liberdade.

Maria da Penha Maia começou a atuar em Movimentos Sociais contra a Violência e impunidade e hoje é Coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de vítimas de Violência (APAVV) no Estado do Ceará.

Fonte: <http://revistatpm.uol.com.br>. Acesso em: 03 jun.2010.

A Lei Maria da Penha pode ser considerada um avanço significativo na luta contra a violência, pois modifica o código Penal Brasileiro, também o processo e a execução da pena, acabando com as penas “pecuniárias” (penas alternativas como multas e cestas básicas) e tipifica a violência doméstica contra a mulher como uma violação dos direitos humanos.

Apenas uma lei não vai modificar a situação, ela deve estar associada a questões educativas que provoquem profundas transformações em nossa cultura.

A mudança no espaço da família talvez seja a mais desafiadora, os pais e mães podem revolucionar suas práticas. Um início poderia ser a participação dos meninos e das meninas nos serviços domésticos, dar-lhes oportunidades iguais no acesso à educação e lazer, refletir com eles sobre as imagens de homens e mulheres repassados pela mídia, jornal, revistas, livros, entre outros.

Nos espaços sociais criar grupos para que homens e mulheres tenham a oportunidade de repensar-se enquanto seres humanos, compreender que somos formados

no contexto social na cultura, na história e que tudo isto pode ser transformado.

O **Instituto PAPAÍ** é uma ONG fundada em janeiro de 1997, que atua com base na idéia de que uma sociedade justa é aquela em que homens e mulheres têm os mesmos direitos. O objetivo é através de grupos de homens, promover a desconstrução do machismo e a revisão dos sentidos da masculinidade e dos processos de socialização masculina. Contribui para a implementação de políticas públicas que visem o envolvimento dos homens e dos jovens na construção de novas práticas que busquem a superação de diferentes barreiras individuais, institucionais, culturais e ideológicas, no intuito de garantir e ampliar o exercício dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, com justiça social.

Fonte: <http://revisao.dype.com.br/papai/conteudo>

Outra iniciativa poderá ser ocupar os espaços da escola formando os/as professores/as e incluindo estas questões como parte do currículo escolar; divulgar a lei para que tanto homens quanto mulheres possam conhecê-la e, por parte das mulheres, não aceitar abusos de ninguém nem contra si mesmas, nem contra seus filhos e filhas ou familiares.

Para refletir e conversar:

a) Como nos comportamos diante das situações de violência que conhecemos?

b) Atualmente, a violência se manifesta de várias formas, seria possível propor uma bandeira para enfrentar a violência, como uma das lutas da agricultura familiar?

c) Quais iniciativas seriam mais apropriadas para discutir em nossa comunidade ou município?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

Vamos Cantar:

Oh que coisa bonita (2x) A mulher descobrindo a força que tem: oh que coisa bonita!

2. Oh que coisa bonita! (2x) A mulher com carinho, abrindo caminho: oh! que coisa bonita!

3. Oh que coisa bonita! (2x) A mulher – coração, sem escravidão: oh! que coisa bonita!

4. Oh que coisa bonita! (2x) a mulher sem temor, vivendo o amor: / Oh! que coisa bonita!

5. Oh que coisa bonita! (2x) A mulher se unindo e as correntes caindo: oh! que coisa bonita!

6. Oh que coisa bonita! (2x) Deus criou a mulher, para a vida Ele a quer: oh! que coisa bonita!

Caminhos alternativos

1. Se planta o arroz aqui, se planta ao milho acolá / um jeito de produzir prá gente se alimentar. Ao primeiro cantar do galo já se levanta da cama /E o camponês e mistura à terra que tanto ama.

Amar o campo ao fazer a plantação
Não envenenar o campo é purificar o pão.
/: Amar a terra e nela botar semente
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente. :/

2. Choro virou alegria, a fome virou fartura
E da festa da colheita, viola em noite de lua
Mutirão é harmonia, com cheiro de natureza
O sol se esconde na terra e a gente acende a fogueira.

3. Quando se envenena a terra a chuva leva pro rio

Nossa poesia chora, se a vida ta por um fio.
E ela é prá ser vivida, com sonho, arte e beleza.
Caminhos alternativos e alimentação na mesa.

Referências :

AINDA é longo o caminho para a igualdade de Gênero. Disponível em: www.feebpr.org.br/mulher/estatísticas.htm. Acesso em: 02 jun. 2010.

ANMC (Associação Nacional de Mulheres Camponesas). **Mulheres camponesas: Caminhando rumo à superação da violência**. ANMC, 2008.

GIORDANI, Anecy Tojeiro. **Violências contra a Mulher**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Construindo novas Relações de Gênero desafiando relações de poder**. São Paulo: Setor de Gênero MST, 2003.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Compreender e Construir. Novas Relações de Gênero**. São Paulo: Peres, 1998.

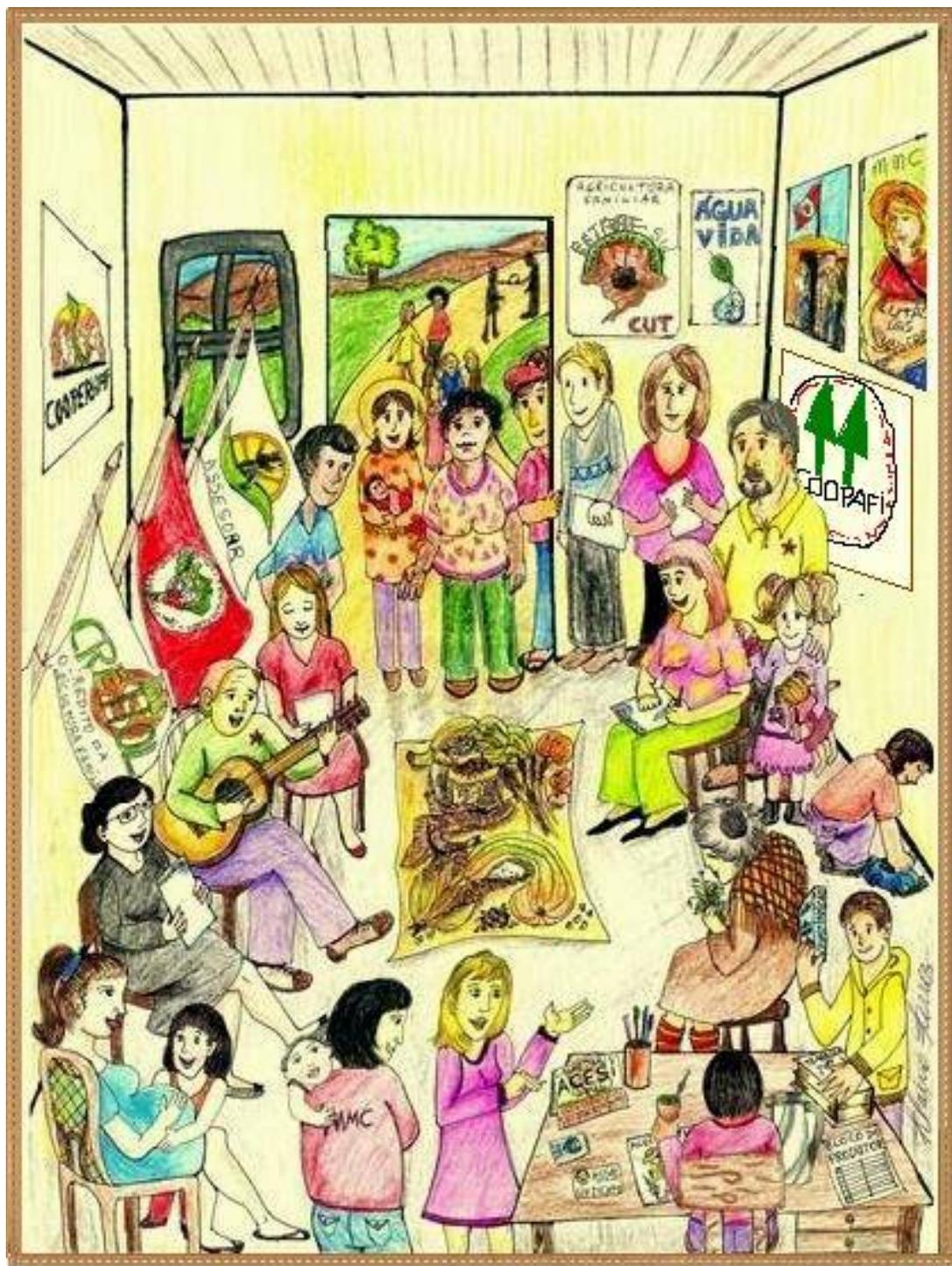
ROTHMAM, Paula. Maria da Penha; Violência contra mulheres. Disponível em: <http://revistatpm.uol.com.br/82/vermelhas/01.htm>. Acesso em: 03 jun.2010.

Jornal Correio Riograndense. BERTI, Amélia Dolores; DORNELLES, Cristina; ETTER, Marco Antonio. **FAMÍLIA: os desafios de uma instituição em crise**. Caxias do Sul-RS, 29 de outubro de 2003.

Imagens:

FERRAZ, E.G.V. e SOUZA, L.C.de.

As Mulheres na Organização Social: Sindicalismo e Cooperativismo



“Participando sem medo de ser mulher”(Zé Pinto).

O começo das relações de cooperação e competição na história

A cerca de 10 mil anos atrás a humanidade vivia da caça, pesca e coleta de frutos e raízes, eram grupos nômades que migravam a partir de suas necessidades para sobreviver. O centro dos grupos humanos e dos animais era a mãe e o filho, ou seja, eram sociedades **matricêntricas**, em que as necessidades de cuidar e garantir a vida dos recém nascidos e da comunidade, era a central, a mais importante. Estes primeiros povos desenvolveram uma capacidade maior de cooperação pela necessidade de proteger a vida dos recém nascidos, de dividir os alimentos e de sobreviver.

Matricêntrica: grupo onde as necessidades de manter a vida dos filhos está acima do poder de um só, onde as leis são feitas a partir destas necessidades, conduzem o grupo e os mantém vivos.

As tarefas eram divididas entre o espaço mais próximo da casa, dos filhos, o cuidado dos alimentos, a tarefa da coleta de raízes, frutos e folhas, que ficava com a mulher e o espaço mais distante, a caça e o cuidado do território, que cabia aos homens. A paternidade era desconhecida, os casamentos aconteciam por acaso e as crianças ficavam com as mães. Esta não divisão social do trabalho acontecia de forma espontânea. Conforme as comunidades foram crescendo a divisão das tarefas passou a se tornar necessária e, juntamente com outros elementos, começaram a aparecer diferenças e desigualdades.

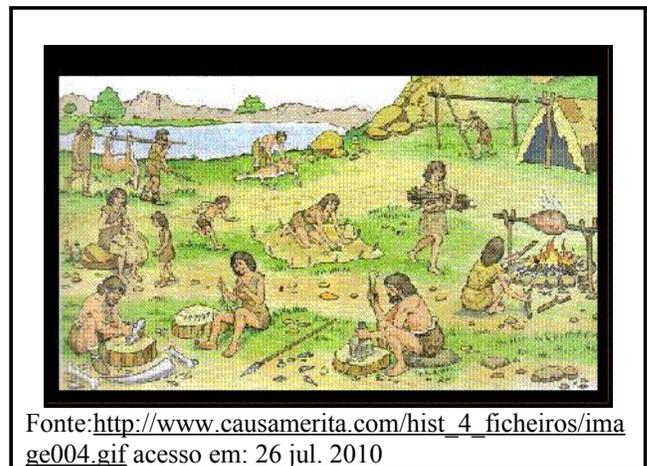
Foram as mulheres que descobriram a agricultura por possuírem um calendário em seu próprio corpo, isto é, aprenderam a controlar o calendário, porque menstruavam a cada mês (ou à cada lua como se entendia na época) e depois de nove meses em que havia cessado a menstruação, nascia um bebê (nove luas).

A tarefa de cuidar das sementes, armazená-las, plantá-las e delas extrair o

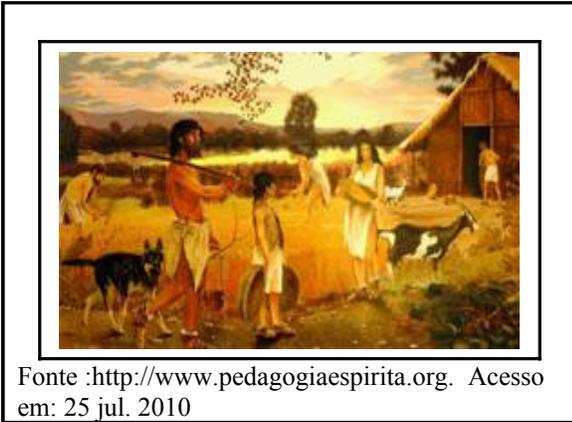
alimento, associada a este calendário, passou a ser delas, por isso existem interpretações históricas que atribuem o início da agricultura às mulheres.

Com tantas tarefas, as mulheres ficaram sobrecarregadas de trabalho. Disposto de maior tempo livre, mais tarde, os homens destacaram-se na invenção de novas técnicas, na fundição de metais, com a qual inicia-se a confecção das ferramentas como pás, picaretas, arado, entre outros.

Estas descobertas associadas ao conhecimento e domínio do território que já era atividade dos homens, levam a desenvolver a agricultura em espaços maiores. Assim o trabalho de cultivar os alimentos que antes era tarefa feminina, passa a ser domínio dos homens, mas com um diferencial, planta-se em áreas maiores e se acumula o que sobra, excedentes que vão fazer parte da riqueza de seu povo. Com este controle, passou-se a acumular e controlar o alimento que deixou de ser apenas para garantir a vida do grupo.



Pode-se dizer que este primeiro momento da humanidade foi marcado pela cooperação, pois, competir significava colocar em risco a própria vida. À medida que se avança no domínio masculino no sentido de poder e espaço, de tecnologias aliadas à divisão social do trabalho, e se fortalece a ideia de que uma pessoa poderia dominar a outra, conseqüentemente um povo poderia dominar o outro, há uma inversão destes valores.



Fonte :<http://www.pedagogiaespirita.org>. Acesso em: 25 jul. 2010

Nasce assim a competição como valor contrário à cooperação, e toda a lógica de organização social vai evoluindo com base nesta inversão de valores, ou seja, de uma sociedade igualitária que cooperava para todos sobreviverem, passa-se a uma sociedade competitiva, onde o que importa é vencer e não necessariamente que todos sobrevivam.

É importante dar-se conta de que esta mudança levou muito tempo na história da humanidade, contudo, estas diferentes dimensões convivem na mesma sociedade, ou seja, não é consenso na história que tudo deva ser baseado na competição, a cooperação e a igualdade sempre estiveram presentes “teimando” em fazer valer esta forma de organização e de vida.

Mais tarde na sociedade capitalista estas contradições vão impulsionar os trabalhadores a buscar formas alternativas para garantir a continuidade da vida. Para os grupos sociais que se colocaram numa lógica de resistência, a cooperação passou a ser um valor para pensar uma organização social que possibilitasse a igualdade, equidade e liberdade.

Cooperar passou a ser uma possibilidade de repensar o trabalho para além de uma perspectiva apenas de lucro e, nisto, repensar também a opção de vida.

Esta lógica vai concretizar-se em formas sociais, coletivos de pessoas, que vão ser criadas na sociedade através da resistência que tem raízes numa sociedade matricêntrica, com valores que se desafiam a sustentar a

defesa da vida com igualdade e equidade para toda a espécie humana.

Uma breve história de resistência e conquista

No sudoeste do Paraná as experiências de organização historicamente foram várias, elas se desdobraram num sindicalismo forte e combativo que lutou pela dignidade, pela cooperação, por condições de vida com igualdade para toda a população.

Nos anos de 1960 chegam à região os padres missionários vindos da Bélgica. Aqui encontraram muito trabalho e uma região em renovação, pois acabara-se de vivenciar a Revolta dos Colonos de 1957.

Foi juntamente com eles que um grupo de 33 jovens agricultores, em 1966, propõem uma associação com o objetivo de empenhar-se pelo bem estar das famílias agricultoras a partir da necessidade de estabelecer um serviço autônomo, organizado para apoiar as mais diferentes iniciativas de resistência da região. Assim nasce a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural que vai fomentar grande número de organizações a partir de processos e princípios, dos quais se pode destacar a organização sindical e a cooperação.

Juntamente com os padres belgas vem com eles uma missionária leiga: Paula Broeders, que vai iniciar o trabalho com mulheres agricultoras da região através do MPM - Movimento Popular de Mulheres. O MPM era apoiado pela Igreja Católica, Assesoar, Sindicatos Rurais, Sindicato dos Comerciantes e, com o tempo, passou a atuar em 26 municípios da região.

A formação da igreja instigava a organização e a luta por direitos, dentre eles também os direitos da mulher: *“A Paula [...] tinha uma maneira de chamar a atenção com jeito, cativava as mulheres, não queria fazer sozinha, puxava a luta, mas queria todas juntas. A Paula cativava as mulheres para elas mesmas lutarem pelos seus direitos. Ganhava a confiança delas, deixava por conta da mulherada, ela só apoiava, organizava, tinha um maneira de dar confiança às mulheres, dizendo que elas eram capazes”* (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

O MPM tinha muito forte o propósito de formação, se reuniam, estudavam e debatiam

temáticas com questões específicas, como Mulher e Política, Mulher e Sindicato, Mulher e Bíblia, Direitos da Mulher, Saúde da Mulher, formação religiosa a partir da Bíblia, formação para a vida, para perceber que a mulher é um ser humano como os homens.

O MPM teve trabalho ativo por uns 20 anos na região, era autônomo, tinha apoio e também despertava conflitos por conta da perspectiva do movimento feminista, dentre elas a emancipação da mulher e as questões de gênero, algumas muito polêmicas. “*O bonito era lutar por uma causa. [...] A luta foi feia, arriscamos a vida. Lutávamos não tanto pela gente, mas pelos irmãos. Muito significativo era o cunho religioso*” (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

Para refletir e conversar:

a) Na prática social atual, é possível perceber as duas lógicas que se colocam entre cooperação e competição na forma de lutar e de organizar a vida?

b) E nas organizações da agricultura familiar, as pessoas sabem que suas atitudes e ações podem estar numa lógica de cooperação e competição?

c) Temos na região iniciativas de resistência? Contra o quê as mulheres precisam resistir e lutar?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

Vamos cantar:

O Que Vale é o Amor

Se é pra ir a luta, eu vou.
Se é pra tá presente, eu tô.
Pois na vida da gente o que vale é o amor.

1. É que a gente junto vai,
reacender as estrelas, vai
Replantar nosso sonho em cada coração
Enquanto não chegar o dia,
enquanto persiste a agonia,
a gente ensaia o baião. Lauê, lauê, lauê, lauê.

2. É que a gente junto vai, reabrindo caminhos vai
Alargando a avenida pra festa geral.
Enquanto não chega a vitória,
A gente refaz a história
pro que há de ser afinal. Lauê, Lauê, Lauê, Lauê.

3. É que a gente junto vai, vai pra rua de novo vai
levantar a bandeira do sonho maior.
Enquanto eles mandam, não importa
A gente vai abrindo a porta
Quem vai rir depois, ri melhor.
Lauê, Lauê, Lauê, Lauê.

Samba da Mulher Latina

1. No morro, nas favelas, nas escolas e nas ruas.
Hoje, amanhã e sempre mulher sempre mulher.
Levanta bem cedinho arruma a casa e vai à feira
Maria, Margarida, amiga e companheira.

**E no seu canto de esperança/um canto de
mulher na sua voz e na paz.
Mas no seu rosto cansado ela ainda tem
tempo/prá sorrir e amar (e amar).**

2. Operária, professora, estudante, lavradora todas
juntas trabalhando em busca de solução.
Agora oh! mulher, chegou a sua hora!
Pegue as rédeas da história e transforme-a sem
demora!

A organização das mulheres e a luta por direitos

As Mulheres e o Sindicalismo

O sindicalismo nasce em Francisco Beltrão no ano de 1964 com o Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos, porém só assume a perspectiva de luta na década de 1980 quando se inicia a luta pelo sindicalismo combativo na região. Em 1981 já havia um pequeno grupo de mulheres do sindicato que passa a se reunir e vai se fortalecendo, compondo o que mais tarde vai se chamar Comissão Sindical de Mulheres. A princípio em Francisco Beltrão, porém aos poucos outros sindicatos da região também passam a organizar estes grupos/comissões em seus municípios. À medida que esta perspectiva se fortalecia, várias mulheres assumem cargos na direção. Em 1983 em Capanema as mulheres participam da primeira diretoria sindical, porém com muitas dificuldades, pois isto era pouco aceito mesmo pelas famílias, contudo o Sindicato de Francisco Beltrão pode ser considerado pioneiro na organização das mulheres no Paraná.

Esta inserção das mulheres no movimento sindical regional faz nascer a primeira luta: documentar as mulheres, condição para que pudessem ser consideradas legalmente trabalhadoras rurais, agricultoras e não apenas “domésticas”, “donas de casa”, questão fundamental para ter direito à aposentadoria. [...] *como provar que éramos agricultoras? Foi uma luta na prefeitura para que fizessem o bloco de produtor em conjunto. Era difícil ter o apoio dos homens que achavam que a mulher queria ser mais que eles e mandar na casa e nos negócios. [...] Isso aconteceu em vários municípios, uma luta forte na região* “(Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010)”.

Até então o único documento que as mulheres tinham era a certidão de casamento e, como as mulheres não eram reconhecidas juridicamente, não tinham credibilidade para os negócios, que eram feitos no nome do marido. *“Cheguei na cooperativa, não podia assinar as compras; quando chegava uma nota de ração para os porcos tinha que assinar o nome do marido”* (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

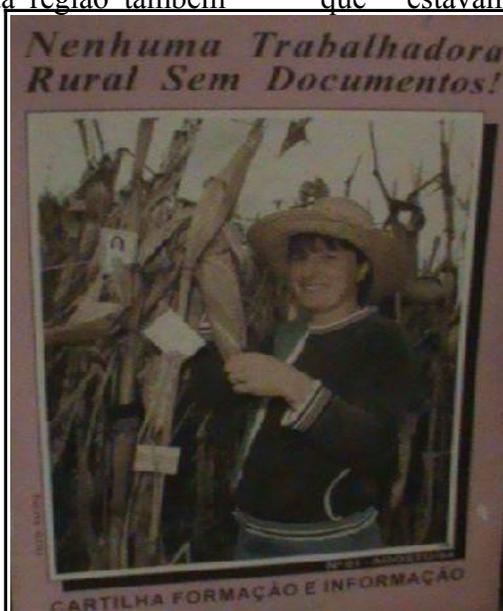
Em decorrência da luta pela documentação vem a luta por outros direitos: a serem garantidos na Constituição de 1988. As próprias mulheres que estavam à frente do trabalho de conscientização das companheiras enfrentaram muitas dificuldades, era difícil discutir o tema nas comunidades, pois ao propor, também não tinham certeza de que esses direitos seriam realmente garantidos.

Depois de aprovada a Constituição as lutas foram para regulamentar o que já estava na lei. Foi constituída a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais e inicia-se uma mobilização a partir da organização regional das mulheres. É importante lembrar que neste período a organização

das mulheres se sustentava a partir da organização regional: sindicatos da FETAEP, sindicatos da CUT e Movimento Popular de Mulheres. Contudo, estas três perspectivas diferentes não foram motivo para enfraquecer a luta, pelo contrário, juntavam-se em torno das mobilizações pela regulamentação das leis mesmo com diferenças e o resultado foi vitorioso.

Dentre os resultados alcançados na Constituição de 1988 estão: em 1991 - pensão por morte para o homem e para a mulher; aposentadoria aos 55 anos para a mulher e aos 60 para o homem; em 1992 - benefícios por acidente de trabalho e em 1994 - salário maternidade.

Em 1987 quando acontece a primeira comemoração regional do Dia Internacional da Mulher, em Dois Vizinhos - PR, nasce a ideia de



construir um projeto que financiasse o trabalho com as mulheres na micro sindical de Francisco Beltrão. Em seguida construiu-se o Projeto que foi financiado pela entidade “Pão para o Mundo” da Alemanha. O primeiro período inicia em 1991, a coordenação política ficou com a Comissão Regional Sindical de Mulheres e a coordenação financeira com a Assesoar.

Assim que veio o financiamento do Projeto, foi oficializada uma Coordenação Regional, envolvendo 17 municípios, cada qual com 10 a 15 grupos organizados e uma coordenação municipal. A coordenação regional planejava as mesmas ações para todos os municípios. No decorrer do projeto foram elaboradas cartilhas para estudo nas comunidades, principalmente em preparação ao dia 8 de março.

Em 1997 organizaram-se os dez anos da 1ª comemoração do Dia Internacional da Mulher na região, reuniram-se mais de 10 mil mulheres. Neste dia uma das reivindicações que vai marcar a história da organização regional foi a entrega de uma solicitação para a construção do Hospital Regional ao secretário de saúde do Paraná, que concretiza-se quase 10 anos depois.

Nos trabalhos em preparação a esta comemoração um dos sonhos apresentados pelas mulheres foi de se ter “uma casa boa na roça”. Na época se falava que as famílias agricultoras tinham conseguido crédito para a estrebria, para o chiqueiro, menos para melhorar a casa e se refletia: “os animais têm uma casa financiada e melhor que as pessoas que vivem na roça!!!” Esta proposta foi encaminhada e veio avançando até chegarmos a uma iniciativa concreta para a habitação rural, hoje através da cooperhaf.

Neste período também criou-se um evento regional que se chamou “Mulher Cidadã”, onde municípios ficavam de dois a três dias reunidos em Francisco Beltrão, participando de formação, gincanas, debates, estudos, entre outras atividades.



Um evento importante foi a comemoração aos 40 anos da Revolta dos Colonos. Apoiados pela universidade foi resgatada a participação das mulheres na Revolta, com a presença de várias delas.

As mulheres e as iniciativas de cooperação

As raízes da cooperação na história da humanidade são heranças de um período em que as mulheres centralizavam o poder em favor da sobrevivência do grupo. Cooperar significou a diferença entre morrer ou viver desde o cuidado, a coleta ou plantio de alimentos e a confecção de instrumentos e utensílios.

Na região, dentre as diversas formas de organização para a cooperação, temos várias cooperativas, como a Cresol, a Claf, a Coopafi e a Cooperhaf.

As cooperativas de crédito que se constituíram nascem com iniciativas que fortalecem a permanência das famílias no campo. “*O Fundo de Crédito Rotativo ajudou a recuperar a terra e ajudou a muitas famílias não ir embora da roça*” (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010). O Sistema Cresol é resultado da luta por acesso ao crédito, iniciado no final da década de 80, através do Fundo de Crédito Rotativo (FCR), coordenado pela ASSESOAR e financiado pela cooperação internacional (Misereor - Alemanha), que se consolida em 1994 e início de 1995.

As discussões passavam pela perspectiva do sindicalismo propositivo e eram assumidas pelas mulheres. “[...] *a possibilidade do crédito foi uma discussão que nasceu dentro da comissão sindical de mulheres e foi avançando. Constatou-se que a agricultura familiar precisava de crédito e que poderíamos nos organizar para facilitar isto. Fizemos várias trocas de experiências com cooperativas de SC, para conhecer o que*

deveríamos implantar ou não” (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

O crédito até hoje continua sendo pauta de debate nas reuniões das mulheres que acompanham e tecem suas propostas e se questionam como, mesmo com toda esta organização, não conseguiram acompanhar e se inserir na gestão das cooperativas. [...] *talvez porque ainda não se compreendeu que ser dirigente da entidade não é profissão. É necessário mudar as direções, mudar para*

outros espaços de poder, não apropriar-se dos cargos (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

As mulheres apontam que faltou incorporar esta dimensão de equidade no poder e que, para transformar a sociedade é preciso assumir esta ética. As cooperativas da agricultura familiar seria um espaço significativo para ter mulheres na gestão, pois unem organização, cooperação e trabalho no mesmo espaço.

Na cooperação para produção, destacam-se as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar - CLAFs que surgem a partir do momento que o leite se torna uma das principais fontes de renda das unidades de produção. Criadas em 1998 com o objetivo de adequar as famílias que produziam leite à nova realidade da região e conseguir tecnologias a baixo custo. *“Na criação das Clafs [...] a proposta das mulheres era de que poderia se ter uma única cooperativa e, um de seus ramos seria o leite. Mas esta discussão não prevaleceu e temos hoje várias cooperativas na organização da agricultura familiar regional* (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

A criação da CLAF foi muito importante para que as famílias agricultoras pudessem se unir, no entanto, mais uma vez as mulheres ficam apenas no trabalho, nas tarefas da

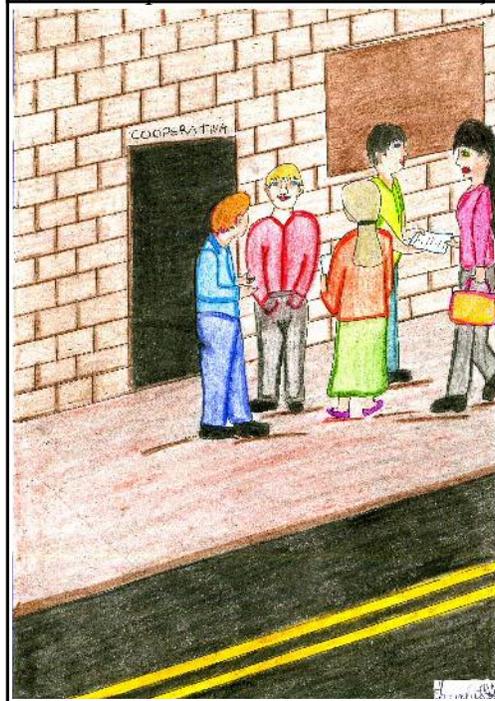
unidade de produção e os homens administram a renda gerada, fazem a gestão.

A comercialização é outra dimensão da luta das mulheres agricultoras na busca de profissionalização e renda para as famílias, que se concretiza através da COPAAF - Cooperativa de Profissionalização Artesanal da Agricultura Familiar. A princípio a cooperativa era coordenada pelas mulheres, mas em 2003, se transforma na COOPAFI - Cooperativa de Comercialização da Produção da Agricultura Familiar. A partir de então o processo deixou de ser coordenado pelas mulheres, perdendo assim sua marca inicial.

A COOPERHAF é mais uma das iniciativas que nasce a partir de um sonho das mulheres: o sonho de uma “casa boa na roça” como vimos anteriormente, atualmente o movimento sindical assume a gestão do processo. Avança-se também para uma nova cooperativa que vai gerar um projeto de habitação urbana.

A organização das mulheres trouxe várias discussões que melhoraram as condições de vida da população, bem como conquistas concretas. Pode-se dizer que as mulheres agricultoras conquistaram uma nova identidade que fez avançar seu espaço de poder, o que antes era prerrogativa apenas do homem, pois várias mulheres ocuparam cargos de direção nestas entidades.

Contudo, os grupos de mulheres que se mantêm na luta atualmente encontram dificuldades em continuar e há desafios. Um deles é a necessidade de conhecer e compreender a história de luta da organização das mulheres que permitiu conquistar estes espaços e que nos parece condição para poder avançar com as novas gerações. Outro fator é a falta de projetos, de recursos e iniciativas coletivas que fortaleçam a cooperação e não a competição. *“As entidades se individualizaram e cada uma foi para seu lado, este foi um dos motivos que contribuiu para que muitas lutas esfriassem, começou-se somente a*



criticar e não construir junto (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

Para refletir e conversar:

a) Quais os direitos que temos que conquistar hoje, a exemplo do primeiro período de conquistas de direitos sociais?

b) Diante destes frutos da cooperação na região as mulheres se perguntam: isto contribuiu para o avanço ou acomodação?

c) A formação político-organizativa que temos hoje na região, é suficiente para que as mulheres assumam o grande número de entidades e organizações da agricultura familiar?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

Vamos cantar:

Elas estão chegando

Elas estão chegando pelas portas e janelas
Avenidas e vielas: elas estão chegando.

1. Chegando como vento forte/ Chegando com vida e morte / Chegando para questionar
Chegando prá mudar.

2. Chegando sempre com doçura/ Chegando com muita cintura /Chegando pra encantar/
Chegando pra alegrar.

3. Chegando prá sarar as juntas/ Chegando prá juntar as forças /Chegando para construir/
Chegando prá prosseguir.

Esta luta não é fácil

1. Esta luta não é fácil, mas tem que acontecer a mulher organizada tem que chegar ao poder.

2. Vamos juntas companheiras, vamos lutar pra valer /vamos quebrar as correntes, o machismo e o poder

3. Sem a mulher neste mundo seria triste demais não nascia gente nova, o mundo não tinha paz.

4. A mulher nasceu pra ser pelo homem bem amada/ser amiga e companheira, não pra ser discriminada.

5. Somos gente, somos força, temos que ser igualdade/ ao lado dos homens fortes transformar a sociedade.

Referências:

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola. O princípio educativo do trabalho cooperativo.** 2. ed. UPF, Passo Fundo, 2002

CUT - Central Única dos Trabalhadores. Publicação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. **Mulheres trabalhadoras rurais.** Participação e luta social. São Paulo, 1991.

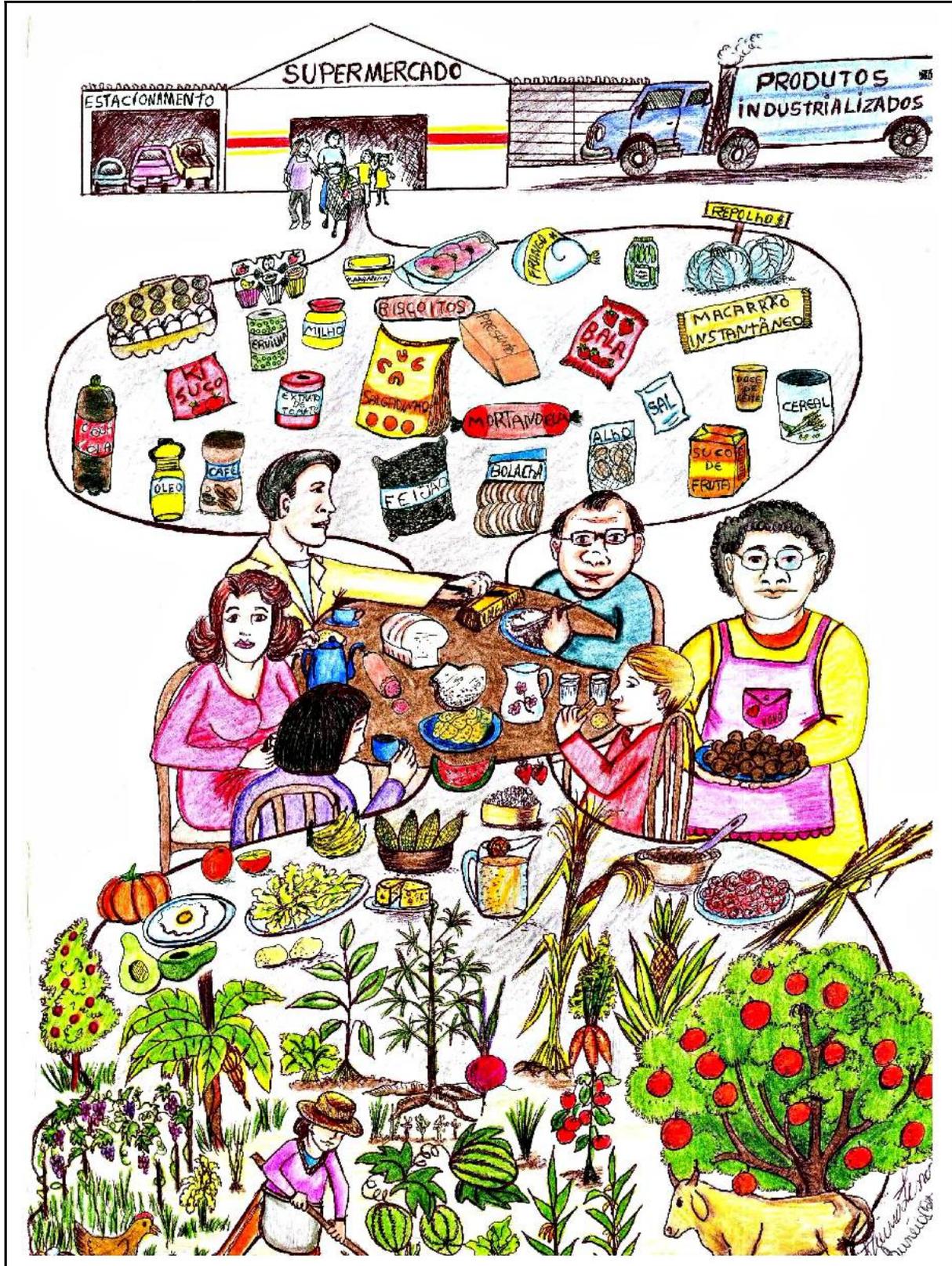
MURARO, Rose Marie. **A Mulher no terceiro Milênio.** 4. ed. Editora Rosa dos Tempos, 1995.

RAFAGNIN, Luciana Guzela. **As mulheres e o sindicato de trabalhadores rurais de Francisco Beltrão: um estudo de caso.** Trabalho monográfico apresentado no curso de Ciência Política da FACINTER. Curitiba, 2005.

Imagens:

FERRAZ, E.G.V. e SOUZA, L.C.de.

A Produção de Alimentos e “Trabalho da Mulher”



*“Ao alterar o modo de produção de um povo, também se altera sua alimentação”
(KAUTSKY, 1998, p. 55)*

A História das Mulheres e a Agricultura

Na história da humanidade as mulheres possuem uma relação muito importante com a agricultura e com a conservação da biodiversidade, pois como vimos a partir de algumas interpretações históricas entende-se que elas domesticaram animais e passaram a cultivar determinadas plantas, assim como inventaram alguns instrumentos para facilitar o trabalho.

Esses conhecimentos relacionados aos processos produtivos e naturais são desde então, transmitidos de geração para geração e mesmo que muito tempo tenha se passado desde que as mulheres iniciaram as formas de cultivar, conservar e preparar os alimentos, elas continuam tendo um papel central na segurança alimentar e nutricional das famílias.

Seguindo a história de evolução da humanidade, primeiramente a alimentação era à base de frutas, folhas verdes, brotos e raízes coletados pelas mulheres, mais tarde vai sendo incorporado à alimentação, a caça e a pesca. As mulheres ao observarem que a semente jogada na terra dava origem a outra planta, desenvolvem a prática do cultivo de alimentos, com o passar do tempo passaram a cultivar aquelas que produziam alimentos em maior quantidade e diversidade. Esta prática gerou sobras, ou seja, permitiu aos povos daquela época aprender que era possível ter uma reserva de cereais e animais para serem guardados, consumidos ou replantados em determinados períodos. Este sistema agrícola que existiu há mais de 15 mil anos tinha como característica principal a produção diversificada, fornecendo às pessoas uma alimentação rica em nutrientes.

A prática agrícola nestes períodos era uma forma de ritual sagrado e abençoado nas tribos e as colheitas culminavam com grandes festas celebrativas principalmente quando havia sobra de produção, consumiam-se os alimentos que não era possível guardar.

Outro aspecto importante relacionado ao nascimento da agricultura foi o instinto de observação das mulheres e o fato das tribos fixarem moradia em lugares que consideravam

ter condições para produzir alimentos e reproduzir a vida. Estes povos da antiguidade se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas e pelo menos 500 destas espécies foram cultivadas no decorrer da história. Contudo, esta grande variedade está sendo reduzida cada vez mais.

Na década de 1970, no Brasil, a população produzia e consumia em torno de 35 tipos de grãos. Atualmente a população se alimenta basicamente com cinco variedades: trigo, milho, soja, arroz e feijão e quinze espécies respondem pelos alimentos de origem animal. Isto demonstra que a qualidade e variedade de alimentos que o modelo atual de produção oferece é pobre, sem falar que no mundo há fome e morte por falta de alimento.

Agricultura Familiar e Agroecologia na Produção de Alimentos

No Brasil, desde a sua origem, a agricultura familiar teve como característica principal produzir alimentos: a princípio com os indígenas, os afrodescendentes, os mestiços, os brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Posteriormente, conforme se dá o desenvolvimento econômico do Brasil, com os camponeses e após a expansão da fronteira agrícola e da migração da população do sul, com a agricultura de base familiar (ALTAFIN, 2007).

No Sudoeste do Paraná a partir da política de ocupação dos espaços vazios e após o marco histórico da Revolta dos Posseiros, onde os interesses conflitantes eram essencialmente capitalistas, a modernização agrícola estrutura unidades de produção privadas, divididas por cercas, tendo como base o trabalho familiar que, tendo o título das terras adquirem empréstimos bancários e financiamentos do pacote tecnológico. Isso extingue parte dos costumes como os serões, os mutirões onde se trocava trabalho no período da limpa e colheita, a policultura para consumo e venda, entre outros.

A partir da década de 90 vemos uma mobilização crescente das famílias agricultoras representadas por movimentos sociais e sindicatos, cobrando maior responsabilidade do governo frente a políticas agrícolas. Houve algumas conquistas como crédito e assistência técnica e também incentivos para políticas que fortalecessem a produção de alimentos, iniciando oficialmente uma relação entre agricultura familiar e Agroecologia.

Outra iniciativa que têm crescido são as mulheres agricultoras organizadas em movimentos que recuperam a luta milenar pela reprodução da vida com autonomia. Esta iniciativa faz valer seus conhecimentos através de ações de proteção, conservação e cuidado das sementes, das florestas, das plantas medicinais e ornamentais, da mata, dos pequenos animais, entre outros, retomando os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa na perspectiva da Agroecologia.

A partir da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, o que gerou uma necessidade de articulação, por isso em 2003 nasce o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em 18 estados. Reafirma a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. Identifica-se com a produção de alimentos saudáveis, a construção de um projeto de agricultura ecológica, acreditando que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”.

Fonte: <http://www.mmcbrasil.com.br/>

A Agroecologia pode ser compreendida também como um processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde as famílias agricultoras podem desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente. É a base para um desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões política, técnica e cultural, em processos educativos e

metodologicamente adequados (CEPAGRI, 1998).

A Agroecologia é considerada resistência na produção camponesa e poderia estar associada à agricultura familiar que atualmente, quase de modo geral, assume tecnologias e “pacotes” do agronegócio deixando de produzir alimentos saudáveis, uma vez que nela a também muitas famílias que estão em processo de resistência e mantém saberes tradicionais, fortalecendo-os e lutando pela Agroecologia na produção de alimentos.

Nas organizações e entidades que trabalham com Agroecologia têm se discutido amplamente que uma das formas de retomar a centralidade da vida como enfrentamento da destruição do planeta e dos próprios seres humanos, neste momento histórico, passa também pelas relações de produção.

Estas relações, no caso das mulheres agricultoras têm um forte sentido político, uma vez que historicamente seu trabalho foi considerado “ajuda” e, como já vimos neste texto, normalmente quando um dos trabalhos das mulheres passa a ser uma atividade principal, vai para o controle do homem como é o caso da atividade leiteira.

Quase sempre na história da agricultura familiar as mulheres eram as responsáveis pela produção de leite, mas a partir do momento que esta atividade secundária transforma-se na principal atividade remunerada da unidade de produção é o homem quem passa assumir o controle da produção e do dinheiro. “*O leite era trabalho das mulheres, os homens nem entravam nas estrebarias. Se os homens entrassem na estrebaria, a vaca faltava só se matar, pois ele só entrava lá para vacinar! Hoje que estamos vendendo o leite o cheque sai no nome do homem. A mulher precisa ser respeitada como igual [...]*” (Mulheres Agricultoras. UNIOESTE, 2010).

Além disto, no trabalho da agricultura familiar o que se observa é que as tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres são aquelas que podem garantir uma alimentação saudável, pois o trabalho das mulheres na agricultura têm como centralidade a produção de alimentos e a diversificação, o que poderia

alicerçar um novo projeto na agricultura familiar. Porém, esta forma de encarar o “trabalho da mulher” significaria inverter o lugar destas atividades na agricultura familiar. Na cultura que vivemos, esta não é uma ação que acontece automaticamente, dependeria de uma ação política por parte das mulheres, pois trata-se de recuperar uma dimensão de suas vidas relacionada à sua identidade histórica.

Os espaços ligados à agroecologia permitem a valorização do trabalho das mulheres, à medida que, em muitos casos, elas assumem a gestão da produção agroecológica e a comercialização[...] Desta forma, elas se projetam como agentes de geração de renda e ganham visibilidade. O trabalho das mulheres, anteriormente visto como “ajuda”, ganha conotação econômica e social, envolvendo alteração de responsabilidades, redefinições de papéis, ainda que parcialmente. Cresce o reconhecimento de seu papel social e de sua crucial importância na reprodução da agricultura familiar (BURG, 2005, p. 95).

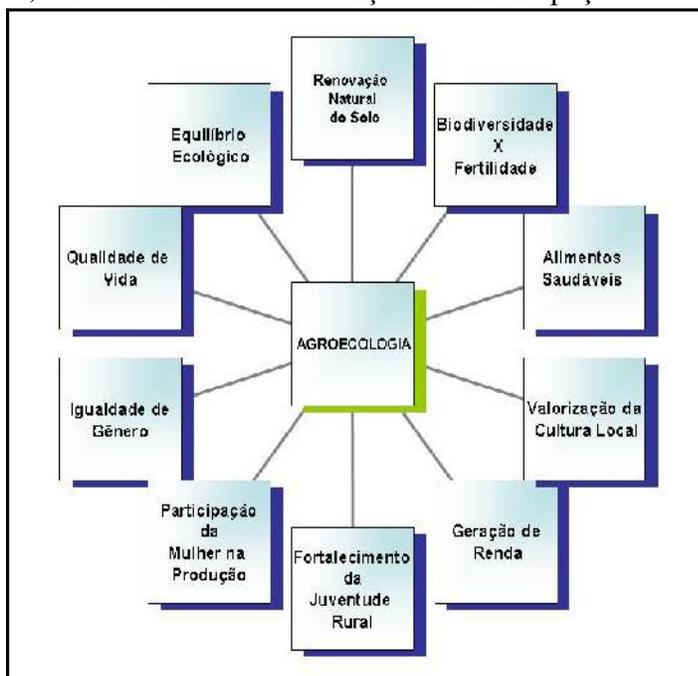
Parece-nos que neste sentido serão necessárias pelo menos duas dimensões, uma primeira resgatar e revalorizar o que as mulheres já conhecem e vem fazendo na produção e transformação de alimentos e uma segunda, apropriar-se de conhecimentos tecnológicos que potencializem o que as mulheres já conhecem dando-lhes autonomia para que dêem conta da gestão da produção e da comercialização destes alimentos.

É importante destacar que, com relação às lutas e posturas feministas tradicionais, esta prática político-organizativa deveria colocar-se de forma diferenciada na sociedade, ou seja, não se trata de, mais uma vez, a mulher “ocupar o lugar do homem” na sociedade e, neste caso, no trabalho do campo, mas trata-se de dar um novo lugar ao “trabalho da mulher”, ou seja, dar

centralidade ao que sempre foi colocado na sociedade como “trabalho de mulher” e historicamente sempre desvalorizado e deixado em segundo plano.

Queremos destacar que uma proposta que seguisse esta concepção seria fundamental para a consolidação de lutas específicas das mulheres, bem como de “novos” direitos sociais como já aconteceu na história. Isto porque, as tarefas reprodutivas (de manutenção das pessoas) sempre são atribuídas às mulheres e sempre se colocaram numa relação de inferioridade com relação às atividades consideradas produtivas (que geram renda) e que cabem aos homens (SILIPRANDI, 2009).

Neste sentido uma dimensão fundamental é perceber que, neste momento histórico, o avanço da emancipação das mulheres poderá



dar-se pela criação de espaços para estudo e formação, permitindo-lhe uma apropriação de conhecimento para avançar com qualificação das ações rumo a criação de novos espaços de organização política.

Essa

formação deverá estar articulada a ações e, uma dessas possibilidades, hoje, é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que assegura aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos com dispensa de licitação e com preços remuneradores, com o objetivo imediato de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Juntamente com este programa temos a garantia em lei da compra de 30% da merenda escolar, proveniente das famílias agricultoras.

Outra possibilidade são as feiras de produtos agroecológicos que oferecem alimento saudável, geram renda e permitem à mulher agricultora uma interação com as mulheres que vivem na cidade, dando visibilidade a quem produz e construindo caminhos para outras formas de relações de comercialização.

Os espaços de resgate das tradições, produção e comercialização de artesanato, é outra iniciativa que integra as mulheres, as gerações, as etnias e articula saberes e fazeres.

Poderíamos listar inúmeras iniciativas que se colocam nesta perspectiva e que fortalecem o que é específico das mulheres ao longo da história. Cabe às mulheres refletir sobre que rumos tomar, aprendendo com o que se viveu e projetando um futuro que poderá nos trazer novas conquistas e realizações aliando estudos, aprofundamento, organização política e ações que lhe dêem maior autonomia .

Para refletir e conversar:

a) Em nossa região estamos conseguindo produzir alimentos na agricultura familiar, ou nos rendemos ao “agronegócio” como se fosse o único caminho para se ter renda?

b) Será que as mulheres da nossa região, conhecem o que significa lutar para continuar produzindo alimento como uma dimensão política de seu trabalho para a humanidade?

c) Das lutas necessárias à produção de alimentos saudáveis, a conservação das sementes, os espaços de comercialização seria uma delas ?

Registre aqui quais ações podemos assumir a partir do debate de hoje

Referências:

ALTAFIN, G. I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. (Brochura de circulação restrita). Pesquisa realizada em 06/11/09 às 11:00hs: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>

BURG, I. C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no Sudoeste do Paraná**. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Mass – Brasília: Linha Gráfica, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. v. 1 e 2.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**. Número Especial. 2009.

[http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=article-details.tpl&p\[_id\]=238392](http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=article-details.tpl&p[_id]=238392). Acessado em 17-02-2010.

Imagens:

FERRAZ, E.G.V. e SOUZA, L.C.de.

Nossas decisões e propostas de continuidade

A realização do Projeto de resgate da história da organização das mulheres expressa a realização de um sonho alimentado por todas nós, que acreditamos que a organização é o caminho fundamental para mudanças e a cada entrevista realizada pela equipe da universidade, cada bate papo com as mulheres pioneiras e das novas gerações, ressurgia a necessidade da continuidade da luta e do levantar de novas bandeiras que ajudassem as mulheres da região a retomar o movimento de organização já vivido.

Ao final de cada encontro foram anotadas as principais questões e neste momento devemos retomá-las para uma reflexão sobre a sua importância ao longo dessa caminhada, bem como para pensar numa continuidade.

Este momento poderá ser organizado em cada comunidade, para depois trazer as decisões ao Encontro Municipal e debater as propostas de continuidade.

Se houver mobilização, os municípios podem organizar um Encontro na região para sistematizar os resultados.

a) Sugestão de questões para conversar neste dia:

- Quais as questões consideramos mais importantes dos temas estudados?
- O que ainda falta fazer em nossas comunidades, município e região, para construirmos uma organização forte de mulheres?
- Quem são os parceiros locais e com quem podemos nos organizar para fazer acontecer o trabalho?
- Quais são as bandeiras mais urgentes nas questões das mulheres?
- Como daremos continuidade aos encontros? Dias... recursos... pessoa para ajudar...

b) Continuidade:

- Podemos propor uma data para o Encontro municipal?
- E para a região, quais são nossas sugestões?

Sugestões de Livros para o aprofundamento e continuidade dos estudos:

Cadernos do Programa de Gênero e Geração das Cooperativas da Agricultura Familiar. Unicafes/Cresol n.01 – Relações Culturais e Sociais.

Violência Contra a Mulher. São Caetano do Sul. GIORDANI, Anney Tojeito. SP: Yesdis Editora, 2006.

Mulheres na CUT: Uma História de Muitas Faces. LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Motta; SILVA, Rosana de; ALMEIDA, Gilda; KRIGNER, Ana Maria(ORGs). São Paulo: M. Giora Comunicações, 2006.

Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida. MMC Brasil. Chapecó-SC: Gráfica Passografic, 2008

Gênero Sexualidade e Direitos das Mulheres. MMC Brasil. Chapecó-SC: Marka Editora Gráfica LTDA, 2008.

Revista Camponesa: Produzir Alimentos Saudáveis Cuidar da Vida e da Natureza.MMC Santa Catarina. Nº 2, dezembro de 2007.

Soberania Alimentar: Compreensão e ação na Luta Camponesa. Associação De Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Passo Fundo-RS: Gráfica Editorial Batistel, 2007.

Revista Coopalimentos: Alimentação Escolar que vem da Agricultura Familiar. UNICAFES-PR. nº 1, fevereiro de 2010, Francisco Beltrão: Garfisul Gráfica e Editora LTDA.

Apoio/ Parceiras



STR
Francisco Beltrão
